



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

ISABELLA CRISTINA PAIVA DA SILVA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES: UM ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA
DO PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSIDADE DA MULHER –
UNIMULHER/UNIFAP

FORTALEZA – CEARÁ

2019

ISABELLA CRISTINA PAIVA DA SILVA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES: UM ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA
DO PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSIDADE DA MULHER –
UNIMULHER/UNIFAP

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Gomes Galindo

FORTALEZA – CEARÁ

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Silva, Isabella Cristina Paiva da.

Políticas públicas para mulheres: um estudo sobre a influência do projeto de extensão universidade da mulher ? UNIMULHER/UNIFAP [recurso eletrônico] / Isabella Cristina Paiva da Silva. - 2019.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 91 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2019.

Área de concentração: Planejamento e políticas públicas.

Orientação: Prof. Dr. Alexandre Gomes Galindo.

1. UNIMULHER. 2. Políticas Públicas. 3. Empoderamento Feminino. 4. Trabalho e Educação. 5. Qualidade de Vida. I. Título.

ISABELLA CRISTINA PAIVA DA SILVA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES: UM ESTUDO SOBRE A
INFLUÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSIDADE DA MULHER –
UNIMULHER/UNIFAP

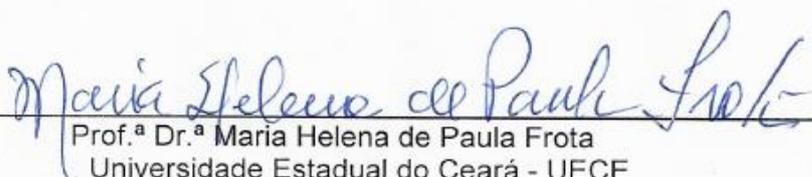
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 03/07/2019

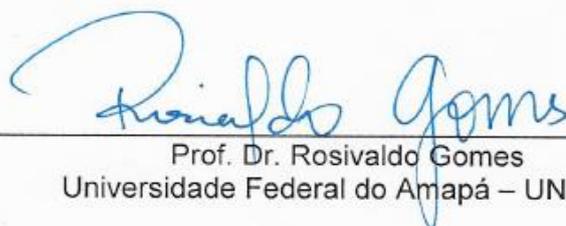
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Alexandre Gomes Galindo (Orientador)
Universidade Federal do Amapá - UNIFAP



Prof.^a Dr.^a Maria Helena de Paula Frota
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof. Dr. Rosivaldo Gomes
Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

À minha estimada e amada filha Luísa
que foi e sempre será a fonte de toda
minha inspiração e motivação para
alcançar meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus que sempre esteve a frente dos meus objetivos e sonhos e que me proporcionou fé e força para concluir esta pesquisa.

À minha mãe, Vilma Lúcia Paiva da Silva (*in memoriam*), e ao meu pai, Riziomário Barros da Silva, que foram meu alicerce e sempre me incentivaram a dar continuidade aos meus estudos e a alcançar os meus objetivos de vida.

À todos meus familiares, que de alguma forma contribuíram para esta conquista.

À minha irmã Gabrielle Paiva da Silva, pelo apoio e por sempre torcer por mim. Às minhas amigas Iracema e Aldilene, que se dedicaram no cuidado da minha filha em minha ausência.

Muitas pessoas foram importantes para esta conquista. Pelo começo, agradeço a minha amiga professora Dr^a Helena Simões por ter me estimulado a fazer o Mestrado, pelas orientações sobre a escolha do tema da pesquisa e processo seletivo.

À Universidade Federal do Amapá, na pessoa da Prof^a. Dr^a. Eliane Superti, e ao Sindicato de nossa categoria, em especial ao colega José Pery, pelo empenho na realização do convênio com a Universidade Estadual do Ceará.

À coordenação e secretaria do projeto de extensão UNIMULHER que gentilmente disponibilizou informação sobre o programa.

A todos os professores do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas que contribuíram para minha formação.

Ao meu orientador Professor Dr. Alexandre Gomes Galindo, pelo empenho, apoio e paciência, sou-lhe muitíssimo grata, sua orientação foi fundamental para a conclusão desta pesquisa.

Aos colegas de turma do Mestrado, em especial Ananias e Alan Santos pelo apoio e presteza.

Aos meus colegas da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, pelo apoio, companheirismo e compreensão.

Muito especialmente agradeço a todas as mulheres maravilhosas participantes da pesquisa, que abriram suas portas e suas vidas para contarem suas histórias.

Enfim, agradeço a todos aqueles que de forma direta ou indiretamente contribuíram para esta conquista.

A todos, meus sinceros agradecimentos.

“Que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja nossa própria substância, já que viver é ser livre”.

(Simone de Beauvoir)

RESUMO

O objetivo geral dessa pesquisa foi pesquisar a percepção das alunas e ex alunas do Projeto de extensão Universidade da Mulher (UNIMULHER), no âmbito da Universidade Federal do Amapá, acerca da influência do curso sobre as dimensões: empoderamento feminino, trabalho/economia, educação e qualidade de vida. Como referencial teórico o estudo contextualiza gênero e empoderamento feminino, aborda o conceito e a importância do projeto de extensão para o acesso democrático à universidade e discute o conceito e as dimensões de políticas públicas voltadas para as mulheres. A pesquisa configurou-se, metodologicamente, em um desenho qualitativo e como instrumento de coleta de dados utilizou entrevistas semi-estruturada com 16 (dezesesseis) mulheres concluintes do curso no período compreendido entre 2012 a 2017 e grupo focal realizado com 12 (doze) alunas da turma vigente (2018/2019). A fim de fazer uma melhor análise da percepção sobre as dimensões utilizou-se a técnica de análise de conteúdo e para complementar a análise fez-se uso do *software* NVivo. De modo geral os resultados indicam que, na percepção das alunas e ex alunas, o projeto apresentou influência positiva nas dimensões empoderamento, educação e qualidade de vida, principalmente, sobre os aspectos: controle financeiro de gastos, estímulo para estudar, poder de decisão pessoal e elevação da autoestima. Entretanto em relação à dimensão trabalho, os resultados apontam uma percepção negativa, particularmente, nos aspectos: inserção ao mercado de trabalho e autonomia profissional. Desta forma, conclui-se que, apesar da necessidade de melhorias, o projeto tem cumprido um importante papel social no estado do Amapá ao proporcionar o acesso democrático aos conhecimentos gerados no âmbito da Universidade Federal do Amapá. Além disso, ao oferecer às suas alunas conhecimentos sobre seus direitos e deveres, empoderamento, empreendedorismo, equidade de gênero, saúde preventiva, educação financeira e políticas públicas direcionadas as mulheres, está contribuindo para o processo de empoderamento, diminuição da desigualdade de gênero, combate a violência doméstica e aumento da autoestima e da autovalorização como pessoa.

Palavras-chave: UNIMULHER. Políticas Públicas. Empoderamento Feminino. Trabalho e Educação. Qualidade de Vida.

ABSTRACT

The main goal of this research was to investigate the perception of the students of the University of Women Extension Project (UNIMULHER), at the Federal University of Amapá, about the influence of this course on the dimensions: female empowerment, work / economy, education and quality of life. As a theoretical reference, the study contextualizes gender and female empowerment, it addresses the concept and importance of the extension project for democratic access to the university and discusses the concept and dimensions of public policies directed at women. The research was methodologically set up in a qualitative design and as a data collection instrument it used semi-structured interviews with 16 (sixteen) women who completed the course in the period between 2012 to 2017 and a focus group with 12 (twelve) students of the current class (2018/2019). In order to make a better analysis of the perception about the dimensions was used the technique of content analysis and to complement the analysis was made use of the software NVivo. In general, the results indicate that, in the perception of female students, the project had a positive influence on the dimensions of empowerment, education and quality of life, mainly on the following aspects: financial control of expenses, encouragement to study, personal decision-making power and elevated self-esteem. However, in relation to the work dimension, the results point to a negative perception, particularly in the aspects: insertion into the labor market and professional autonomy. In this way, it is concluded that, despite the need for improvements, the project has fulfilled an important social role in the state of Amapá by providing democratic access to the knowledge generated at the Federal University of Amapá. In addition, by providing girls with knowledge about their rights and duties, empowerment, entrepreneurship, gender equity, preventive health, financial education, and public policies directed at women, it is contributing to the process of empowerment, reduction of gender inequality, domestic violence and increased self-esteem and self-worth as a person.

Keywords: UNIMULHER. Public policy. Female Empowerment. Work and education. Quality of life.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Avanço cronológico dos direitos femininos no Brasil (Legislação).....	34
Quadro 2 -	Procedimentos técnicos da pesquisa.....	36
Quadro 3 -	Aspectos metodológicos da pesquisa.....	37
Quadro 4 -	Codificação das participantes.....	44
Quadro 5 -	Categorias de análise de conteúdo.....	46
Quadro 6 -	Grade curricular UNIMULHER – 2012.....	50
Quadro 7 -	Grade curricular UNIMULHER – 2013.....	51
Quadro 8 -	Grade curricular UNIMULHER – 2015.....	51
Quadro 9 -	Grade curricular UNIMULHER – 2017.....	51
Quadro 10 -	Grade curricular UNIMULHER – 2018/2019.....	52
Quadro 11 -	Combinação de palavras.....	60
Quadro 12 -	Comparação do grau de escolaridade das ex alunas.....	68

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	População ocupada segundo os grupos de atividades – 2017.....	21
Gráfico 2 -	Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas.....	22
Gráfico 3 -	Taxa de participação, por sexo, segundo os níveis de instrução no Brasil – 2017.....	23
Gráfico 4 -	Taxa de desocupação, por sexo, segundo os grupos etários no Brasil – 2017.....	24
Gráfico 5 -	Inserção no mercado de trabalho.....	63
Gráfico 6 -	Autonomia Profissional ou financeira.....	64
Gráfico 7 -	Controle financeiro.....	65
Gráfico 8 -	Aumento de escolaridade.....	69
Gráfico 9 -	Perspectiva de vida.....	72

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Universidade Federal do Amapá.....	39
Figura 2 -	Ilustração dos Campi em funcionamento da UNIFAP.....	40
Figura 3 -	Localização do Município de Macapá.....	41
Figura 4 -	Critérios de avaliação do currículo resumido turma 2018/2019.....	52
Figura 5 -	Encontro de Lazer.....	53
Figura 6 -	Café da manhã – UNIMULHER.....	53
Figura 7 -	Sala de aula – UNIMULHER.....	54
Figura 8 -	Nuvem das palavras mais freqüentes.....	59
Figura 9 -	Árvore das palavras mais frequentes encontradas nas entrevistas.....	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEDAW	Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MTPS	Ministério do Trabalho e Previdência Social
NEM	Núcleo Avançado de Ensino
ONU	Organização das Nações Unidas
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNPM	Plano Nacional de Políticas Públicas Para as Mulheres
PROEAC	Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias
SEB	Secretaria de Educação Básica
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNIMULHER	Universidade da Mulher

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	OBJETIVOS.....	17
1.1.1	Objetivo Geral.....	17
1.1.2	Objetivos Específicos.....	18
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
2.1	APRESENTANDO O PROBLEMA: DESEQUILÍBRIO DE PODER.....	19
2.2	CONTEXTUALIZANDO GÊNERO E EMPODERAMENTO FEMININO.....	26
2.3	POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO.....	29
2.4	AVANÇOS NA LEGISLAÇÃO DOS DIREITOS FEMININOS.....	33
3	METODOLOGIA.....	36
3.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA QUANTO A ABORDAGEM.....	36
3.2	PROCEDIMENTOS TÉCNICOS.....	37
3.3	LOCAL DO ESTUDO DE CASO.....	38
3.4	INSTRUMENTOS E SUJEITOS DA PESQUISA.....	41
3.5	TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS.....	45
4	RESULTADO E DISCUSSÕES.....	48
4.1	APRESENTANDO O PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSIDADE DA MULHER (UNIMULHER).....	48
4.2	PERCEPÇÃO GERAL SOBRE O CURSO.....	54
4.3	DIMENSÃO TRABALHO/ECONOMIA.....	62
4.3.1	Mercado de trabalho.....	62
4.3.2	Autonomia profissional ou financeira.....	63
4.3.3	Controle financeiro.....	65
4.4	DIMENSÃO EMPODERAMENTO.....	66
4.5	DIMENSÃO ESCOLARIDADE.....	68
4.6	DIMENSÃO QUALIDADE DE VIDA.....	71
4.6.1	Autoestima.....	71
4.6.2	Perspectiva de vida.....	72
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
	REFERENCIAS.....	77

ANEXOS	83
ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	84
ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO GRAVAÇÃO, USO DE IMAGEM E/OU DEPOIMENTO.....	86
ANEXO C - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	87
APENDICES	89
APENDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA.....	90
APENDICE B - TÓPICO GUIA – GRUPO FOCAL.....	91

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa foi pesquisar a percepção das alunas e ex alunas do Projeto de extensão Universidade da Mulher (UNIMULHER) acerca da influência do programa sobre empoderamento feminino, trabalho, educação e qualidade de vida. O curso pretende, segundo seu plano pedagógico, oportunizar melhores condições materiais e intelectuais ao gênero feminino, tendo os seguintes objetivos: a) possibilitar as alunas uma preparação para intervenção e participação efetiva na concepção, elaboração, implementação, monitoramento, avaliação dos programas e ações de forma a assegurar políticas públicas com transversalidade de gênero; b) formar pessoas para a execução de uma educação inclusiva, não sexista, ante-etnológica, não lebosfóbica e não homofóbica; c) preparar recursos humanos específicos para atuarem em Políticas Públicas para as mulheres na rede de atendimento a mulher municipal e Estadual; d) executar o processo de capacitação e treinamento de profissionais atuantes na rede de atendimento à mulher; e) atingir as diretrizes do Plano Nacional e Estadual de Políticas para as Mulheres no Estado do Amapá.

Vivemos em uma sociedade culturalmente machista e preconceituosa, onde a mulher vem, historicamente, passando pelo estereótipo de ser frágil e restrita às atividades do lar. Observa-se que esse preconceito promoveu uma relação assimétrica entre homens e mulheres que persiste até a atualidade.

As mudanças na nova estrutura social, ao longo do tempo, incluíram as mulheres em espaços antes dominados pelo poder masculino. Entretanto, há evidências que apontam ainda existir desigualdade de gênero em matéria de desemprego, emprego, renda, participação na força de trabalho, segregação setorial e profissional, participação política, vulnerabilidade e violência doméstica, segundo alguns estudos e relatórios. Nesse sentido, ainda existem mulheres que não têm liberdade de escolha sobre suas próprias vidas ou poder de decisão sobre si mesmas. (FERREIRA, 2016, p. 12).

Apesar da participação feminina ter ganhado mais espaço na sociedade de forma geral, a desigualdade de gênero é uma realidade concreta, que se revela através de vários indicadores socioeconômicos, como por exemplo, os dados apresentados pelo Fórum Econômico Mundial, no Relatório de Desigualdade Global de Gênero em 2018, onde foram analisados 149 países, o Brasil ocupa a 950

posição sobre disparidade de gênero. O país manteve o lapso entre homens e mulheres no maior nível de 2011 (BRANT, 2018).

O Brasil é um país onde a população feminina, em relação aos homens, é dominante em termos numéricos. Nesse sentido a participação das mulheres nos espaços de poder é essencial para que sejam, de fato, realizadas mudanças concretas em nosso país, com políticas públicas que reflitam a diversidade e a igualdade de gênero.

O estado do Amapá, segundo dados do IBGE, em relação ao mercado de trabalho, é um dos estados com menor estatística de desigualdades de gênero, porém em outras áreas, por ser um estado com fortes raízes e padrões sexistas/machistas, a falta de igualdade de gênero e a discriminação é exorbitante. No município de Macapá, por exemplo, há um considerável número de mulheres que convivem em diferentes tipos de situação discriminatória e de violência.

Diante disso surgiu o interesse e a necessidade de estudar o Projeto de Extensão UNIMULHER que é uma política pública de gênero para mulheres na faixa etária de 40 à 59 anos, implementado desde 2012 no Município de Macapá pela Universidade Federal do Amapá.

Para esta pesquisa, optou-se por realizar um estudo de caso, pois possibilita explorar com maior riqueza de detalhes o contexto que envolve essa política, extraindo ao máximo informações desde as primeiras alunas do UNIMULHER até as alunas recentes, com horizonte temporal demarcado entre os anos de 2012 a 2019.

Trata-se de um estudo exploratório, baseado em metodologia qualitativa, com uso de técnicas de entrevista em profundidade, grupo focal e análise de conteúdo, realizadas com mulheres formadas das turmas passadas e alunas da turma vigente do Projeto de Extensão Universidade da Mulher nas cidades de Macapá e Santana. O referido projeto busca despertar, além do o empoderamento dessas mulheres em diversos aspectos de suas vidas, o interesse para crescimento pessoal, profissional e intelectual.

Isto posto, analisou-se, sob a perspectiva das alunas e ex-alunas, a influência do Projeto UNIMULHER nas seguintes dimensões: Empoderamento feminino, trabalho/economia, educação e qualidade de vida. Esta abordagem dá importância nos processos e nos significados dos fatos, buscando ouvir os sujeitos

envolvidos em seu contexto e permitindo entender, através dos relatos, como se sentem e o que pensam a respeito do projeto.

Esta pesquisa tem por finalidade ajudar na elaboração e implementação de políticas públicas para mulheres em favor da diminuição da vulnerabilidade social e equidade de gênero no estado do Amapá, direcionando as ações para atingir os objetivos propostos e aperfeiçoar o desempenho da gestão pública de forma eficiente e eficaz. Além de trazer um estudo importantes sobre o projeto UNIMULHER.

Para melhor detalhamento, este trabalho está assim estruturado: o primeiro capítulo introduz o assunto gênero e empoderamento, apresentando os dados estatísticos brasileiros que demonstram a falta de equidade de gênero, indicando a necessidade de políticas públicas para resolver tal problemática. O segundo capítulo apresenta o referencial teórico, o qual traz uma abordagem sobre gênero e empoderamento, políticas publicas de gênero e os avanços e conquistas nos direitos femininos. O terceiro apresenta o caminho metodológico da pesquisa e como esse foi desenvolvido para alcançar os objetivos da pesquisa. Descreve-se: o instrumento de coleta de dados utilizado, a entrevista; o grupo focal; o campo de investigação e; a análise dos dados por meio do conteúdo, utilizando como complemento o software NVivo o conceitos de um projeto de extensão e descreve o projeto Universidade da Mulher – UNIMULHER. O quarto capítulo, referente aos resultados e discussões, apresenta a análise dos relatos das mulheres através de categorias ligadas ao tema permitindo compreender suas percepções e também se o curso teve influencia positiva ou negativa para elas. Segue a este o último capítulo, a conclusão a respeito do estudo, as referências bibliográficas e anexos.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Pesquisar a percepção das egressas, acerca dos efeitos sobre empoderamento, trabalho/economia, educação e qualidade de vida do projeto de extensão Universidade da Mulher – UNIMULHER, implementado na UNIFAP, no período de 2012 a 2019.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Pesquisar a percepção das mulheres quanto ao seu empoderamento em termos de poder de decisão e busca de seus objetivos;
- b) Investigar a influencia do programa quanto ao acesso ao mercado de trabalho e elevação da escolaridade;
- c) Estudar a influencia do projeto para a melhoria da qualidade de vida e
- d) Identificar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres bem como a resiliencia em termos de trabalho, educação e qualidade de vida.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 APRESENTANDO O PROBLEMA: DESEQUILÍBRIO DE PODER

O passado histórico construído ao longo dos anos e de lutas pelas mulheres traz uma realidade de submissão e de inferioridade, marcada pela supremacia masculina e pela nítida hierarquização do poder, através dos resquícios do Sistema Colonial no Brasil, em que prevalecia o *Pater poder* (OLIVEIRA, 2012).

A mulher era considerada como o “sexo frágil” e foi designada para o mundo privado, ou seja, dedicada aos cuidados domésticos e maternais. No período colonial no Brasil, as mulheres passaram a ter direito à instrução escolar tardiamente. A educação feminina restringia-se então somente a aprender os trabalhos domésticos e maternais, para ser uma boa esposa e mãe.

Em 2015 a Organização das Nações Unidas - ONU realizou uma nova Agenda universal onde foi estabelecido Os 17 (dezessete) objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 (cento e sessenta e nove) metas para serem alcançados até o ano 2030, esses objetivos “se constroem sobre o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e concluirão o que estes não conseguiram alcançar. Eles buscam concretizar os direitos humanos de todos e alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e meninas” (ONU, 2015, p. 1).

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
 5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte
 5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos
 5.3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas
 5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais
 5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública
 5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão
 5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais
 5.b Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o

empoderamento das mulheres 5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis (ONU, 2015, p. 24).

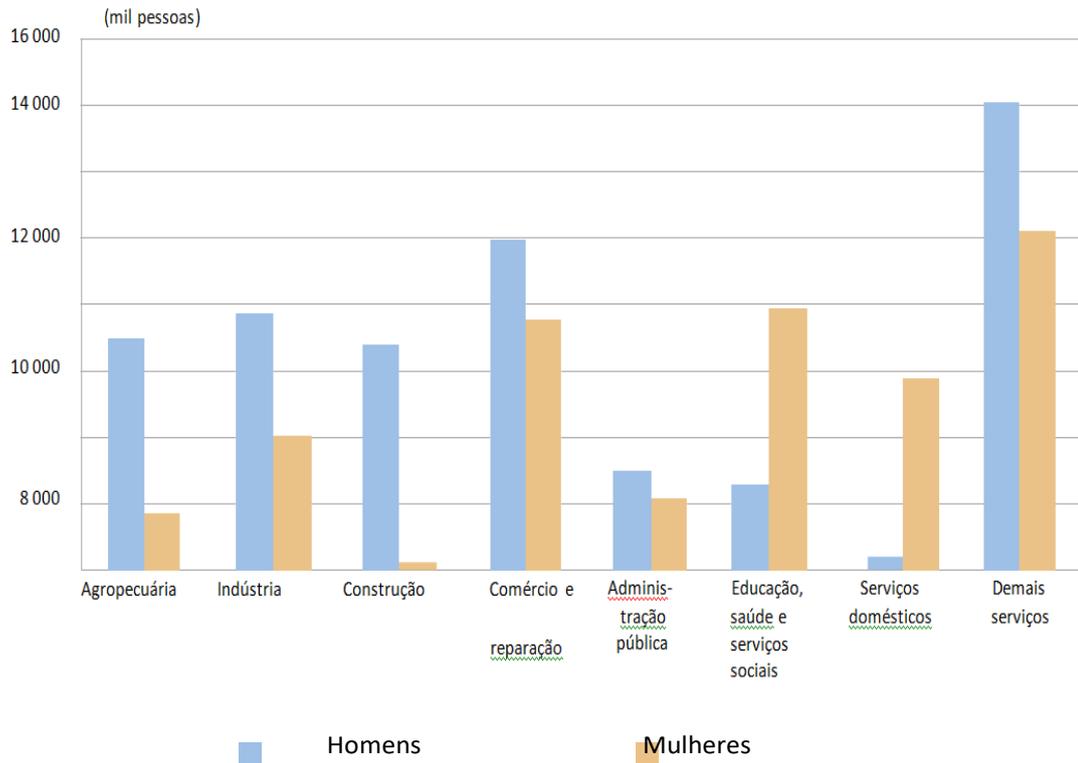
Cabe ressaltar que o Brasil é signatário de alguns importantes documentos internacionais, a saber: Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW, 1979); Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém Pará, 1994); Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Conferência de Cairo, 1994); IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Conferência de Pequim, 1995), dentre outras.

Atualmente, pesquisas revelam que no Brasil as mulheres tem sido maioria em todos os níveis de ensino no Brasil, inclusive o superior. De acordo com os dados do Plano Nacional de Qualificação, do Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS, as mulheres lideram a participação em escolas, universidades e cursos de qualificação. Entretanto, apesar de mostrarem um avanço importante em relação a escolarização, o pesquisas também destacam que as mulheres ainda estão sujeitas a uma menor remuneração em relação aos homens, mesmo que realizem uma atividade igual a eles (BRASIL, 2016).

Nesse sentido, com o objetivo de minimizar essa desigualdade, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres colocou alguns importantes objetivos: 1) Ampliar a participação e a permanência das mulheres no mundo do trabalho, garantindo a qualidade nas condições e igualdade de rendimentos 2) Promover a organização produtiva e o acesso à renda para mulheres, especialmente das em situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2013, p. 14-15)

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em relação as atividades econômicas, os traços primordiais da economia brasileira prevalece com maior números de trabalhadores ocupados em Serviços domésticos, 6,3 milhões em 2017 (ou 6,8% dos ocupados). Conforme, gráfico 1, constatou-se também que nesta atividade de serviços domésticos, tem maior percentual o sexo feminino (5,8 milhões de mulheres e 475 mil homens). Por outro lado, a construção civil, ocupou 6,8 milhões de homens e somente 240 mil mulheres, em 2017. (IBGE, 2018).

Gráfico 1 - População ocupada segundo os grupos de atividades – 2017

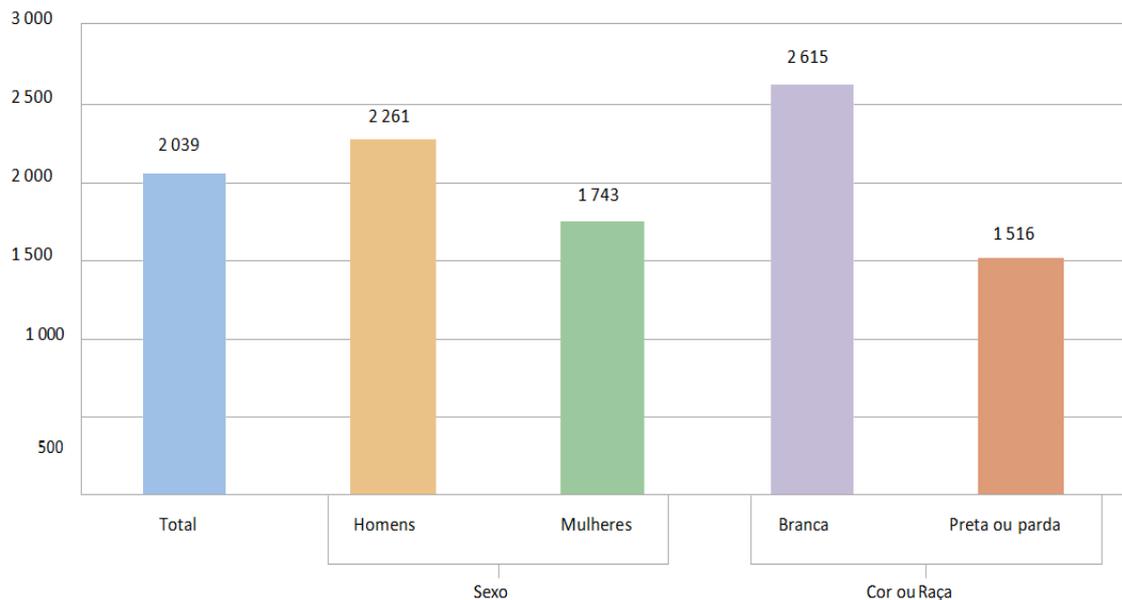


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Nota-se no gráfico 1 que, apesar das mulheres terem ganhado espaço no mercado de trabalho e terem conquistado uma melhor escolaridade, ainda são muito restrita às atividades domésticas.

Em relação aos rendimentos, percebe-se que as atividades econômicas de menores rendimentos médios são as que proporcionalmente possuem mais ocupados de cor ou raça preta ou parda e pessoas do sexo feminino. Nesse sentido parece que em 2017, homens ganhavam, em média, 29,7% mais que as mulheres. (IBGE, 2018), conforme demonstra o gráfico 2.

Gráfico 2 – Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas - 2017



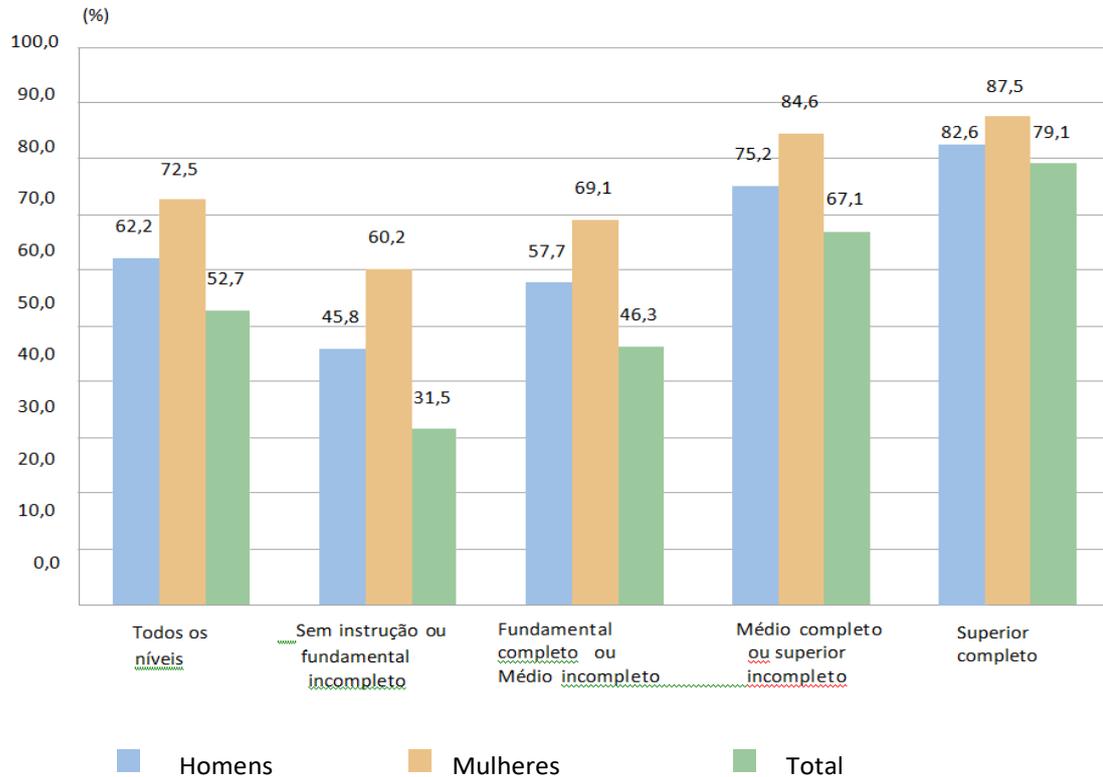
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Apesar do aumento de políticas públicas e ações do estado que buscam a equidade de gênero e a minimizar essa desigualdade entre homens e mulheres, nota-se que as mulheres ainda têm a remuneração inferior em relação aos homens. Nesse sentido Nascimento (2016) observa que apesar desse avanço ainda a desigualdade de é presente em nossa sociedade.

Entretanto, mesmo reconhecendo que houve avanços importantes, é necessário destacar que ainda são bastante altos os níveis de desigualdade de gênero, sobretudo em campos que envolvem mais prestígio e poder do espaço público, quais sejam: campos do trabalho, representação política e ciência NASCIMENTO (2016, p 325)

No que diz respeito à participação no mercado de trabalho, apesar do cenário de crise econômica ter colaborado com o aumento da mulheres terem ganhado mais força de trabalho, sua taxa de participação em 2017 permaneceu bem distante da taxa de participação dos homens, 52,7% e 72,5%, respectivamente, como observado no gráfico 3. (IBGE, 2018)

Gráfico 3 – Taxa de participação, por sexo, segundo os níveis de instrução no Brasil – 2017

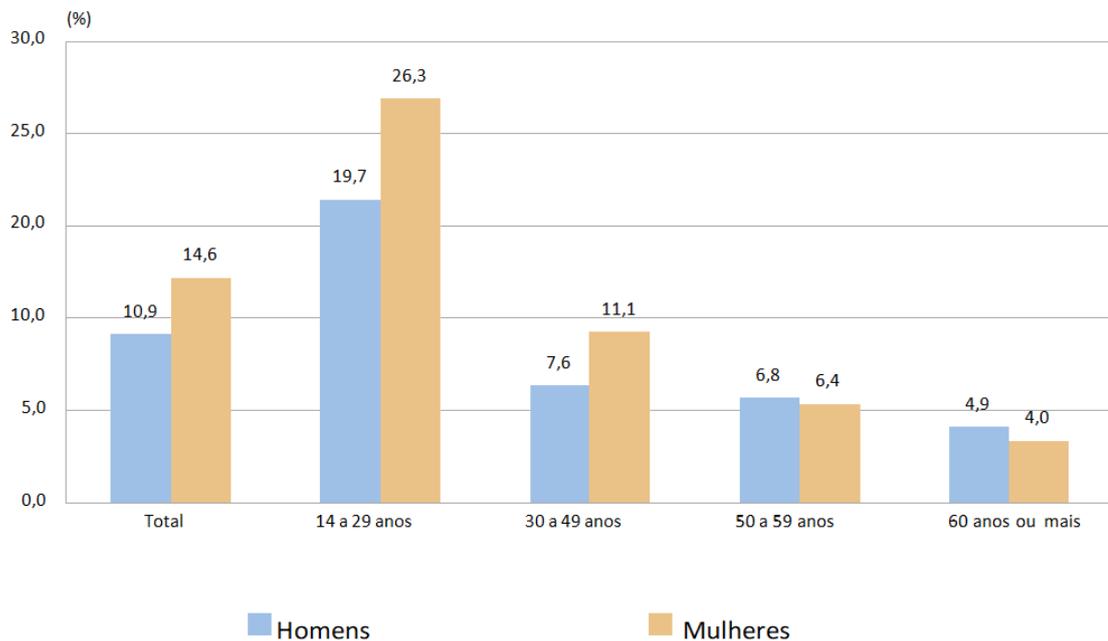


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Ainda segundo o IBGE (2018, p. 33) “O nível de ocupação dos homens diminuiu mais do que o das mulheres a partir de 2015, mas os homens mantêm ao longo de toda a série nível expressivamente mais elevado que as mulheres”. Esse desequilíbrio reflete na maior participação dos homens na força de trabalho e também nas maiores dificuldades que as mulheres enfrentam ao ingressarem e para se manterem ocupadas. Nesse sentido, as mulheres estão desocupadas em maior proporção que os homens e têm menores rendimentos

Nessa perspectiva, o estudo, também do IBGE, Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil, aponta que apesar de as mulheres representarem um maior número entre as pessoas com ensino superior completo, elas ainda enfrentam desigualdade no mercado de trabalho em relação aos homens (IBGE, 2018)

Gráfico 4 – Taxa de desocupação, por sexo, segundo os grupos etários no Brasil – 2017



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Percebe-se, no gráfico 4, que a diferença mais acentuada entre os sexos foi observada entre as pessoas com faixa etária 14 a 29 anos de idade e a menos acentuada entre as de 50 a 59 anos. Com isso, observa-se a importância do projeto UNIMULHER, como política pública, tendo em vista que seu público alvo, atualmente, é mulheres com idade entre 40 a 59 anos de idade.

Conformes dados apresentados nota-se que a desigualdade de gênero é, ainda, latente em nossa sociedade. Para Nascimento (2016) essa desigualdade de gênero é significativamente invisível em várias instâncias da sociedade brasileira. O autor ainda acrescenta que apesar das conquistas das mulheres no que tange aos seus direitos sociais e políticos, é freqüente o desconhecimento do quadro de desigualdade profunda e persistente.

As mulheres ainda enfrentam muitas dificuldades, por esse motivo é importante o estado investir mais em ações e políticas públicas que lhes assegure acesso aos serviços públicos como educação, saúde, justiça, entre outros, no sentido de buscar erradicar ou minimizar tal mazela.

Políticas públicas são ações desenvolvidas pelo Estado, com o objetivo de promover o bem estar social. Assim, o estado, como um agente de promoção

social e como protetor da organização social e também da população em geral, busca o desenvolvimento e a implantação de programas sociais e políticas governamentais que objetivam elevar ao máximo a equidade e acabar ou reduzir desequilíbrios sociais.

O reconhecimento dos governos de que as mulheres vivem situações particulares, discriminações e preconceitos herdados da sua condição feminina, foi traduzido no surgimento de fóruns governamentais, estimulado pela ONU – Organização das Nações Unidas – por ocasião da instituição da década da mulher – 1976-1985, também em decorrência da permanente pressão dos movimentos feministas em nível internacional. O processo de incorporar a questão de gênero nas políticas públicas é recente e está relacionado às demandas colocadas por esses movimentos organizados e pelos organismos internacionais, com destaque para as Conferências Mundiais das Mulheres, em 1975, no México; em 1985, em Nairobi; e em 1995, em Pequim. (ROSA, 2007, p. 3)

Com todas essas indiferenças sociais, a Universidade Federal do Amapá - UNIFAP como instituição pública de ensino superior, com o objetivo de promover melhores condições materiais e intelectuais ao gênero feminino, criou o projeto de extensão Universidade da Mulher – UNIMULHER, uma política pública de gênero para mulheres a partir de 40 anos de idade.

Essa política pretende promover a formação educacional, profissional e cidadã de mulheres em situação de vulnerabilidade, criando ações que desenvolvam o potencial produtivo visando melhorar as condições de vida, família e comunidade. E tem por finalidade promover uma mudança social efetiva na vida das mulheres através do empoderamento, buscando o enfrentamento dos desequilíbrios de poder.

Cabe destacar que por meio deste projeto, a UNIFAP oportuniza exclusivamente as mulheres um curso interdisciplinar, ministrados por docentes da instituição e de outros órgãos. Além de oportunizar aos acadêmicos (monitores) uma experiência do magistério, e a oportunidade de conhecer ao longo do curso exemplos de superação, dedicação à família, violência doméstica, as conquistas, os preconceitos, que em pleno século 21 ainda persistem.

Diante disso, tendo vista a importância da pesquisa sobre questões de gênero que possibilitem a desconstrução das desigualdades e combatam as discriminações na sociedade brasileira e tendo como objetivo auxiliar na elaboração e implementação de políticas públicas afirmativas em favor da diminuição da vulnerabilidade social no estado do Amapá, pretende-se com essa pesquisa estudar

a influencia do projeto UNIMULHER nas seguintes dimensões: Empoderamento, Trabalho, Educação e Qualidade de vida das egressas.

2.2 CONTEXTUALIZANDO GÊNERO E EMPODERAMENTO FEMININO

A desigualdade de poder nas relações surge no gênero. O sexo compreende a caracterização genética e anatômica referente a questões biológicas, o gênero envolve uma determinação de papéis sociais e relacionamentos construídos pela sociedade para os sexos. O que explica sua alteração ao longo do tempo e de culturas no mundo.

Para Farah (2004, p. 48) “O conceito de gênero foi incorporado pelo feminismo e pela produção acadêmica sobre mulheres nos anos 1970 e, desde então, tem sido interpretado de formas distintas por diferentes correntes do feminismo”

Nesse sentido Rubin (1979) concorda que o conceito de gênero apareceu nos Estados Unidos, na década de 1970, e acrescenta que a idéia de gênero começou crescer nas ciências e nas universidades a partir dos anos 1980.

Porém, a questão de gênero já vinha sendo refletida desde o fim dos anos 1940 pela filósofa Simone Beauvoir. A autora destacou que ninguém nasce mulher, mas torna-se mulher (BEAUVOIR, 1980). Nesse sentido para a autora o “ser mulher” é uma construção social e cultural, assim contrariando o pensamento determinista do final do século 19 que se embasava na biologia para explicar a superioridade do sexo masculino e as diferenças sociais de gêneros.

Scott (1995, p. 86) conceitua gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”

Ainda segundo a autora, o gênero não se define pela questão biológica, mas sim pela sociedade. Nesse sentido, gênero seria uma percepção da sociedade, através de uma forma de pensar engessada e dual, em relação às diferenças sexuais. (SCOTT, 1995).

Corroborando o conceito de Joan Scott, Frota (2004) discute a questão de gênero como categoria e contraria a idéia do determinismo biológico e enfatiza o caráter relacional entre o feminismo e masculino:

Todavia, só muito recentemente, as feministas começaram a utilizar a palavra gênero, buscando um sentido de expressar a organização social da relação entre os sexos. A dimensão da palavra gênero, neste sentido, foi dada pelas feministas americanas que insistiam em interpretar o caráter eminentemente social das distinções fundadas sobre sexo, rejeitando portanto o determinismo biológico implícito no uso das expressões sexo e diferença sexual, enfatizando portanto o aspecto relacional das definições normativas da feminidade. (FROTA, 2004).

Segundo Sardenberg (2004), o gênero permitiu o surgimento de novos caminhos para a desconstrução e para a “desnaturalização” do masculino e feminino. Porém, essa nova problemática também propiciou o surgimento desse ‘fosso’ entre o que elas chamam de feminismo da modernidade e o feminismo da pós-modernidade. Assim, ainda nos anos 70 houve um avanço significativo quando o gênero começou ser elaborado a partir da construção social das identidades sexuais e como objeto de estudos feministas. Assim abriu caminhos para a desconstrução desnaturalização do masculino e do feminino (CONCEIÇÃO, 2009, p. 739).

Lagarde (1996) debate que para adaptar a humanidade em sua capacidade realmente abarcadora na dimensão de gênero, é preciso tornar visível, de maneira ética, a alienação que identifica mulheres e homens com seus símbolos.

A voz humana contém a ambos os gêneros e a crítica ao seu estado atual: às condições de gênero de cada categoria social, aos modos de vida das mulheres e homens e às suas situações vitais, assim como, ao conteúdo político de dominação/opressão das relações entre ambos os gêneros (LAGARDE, 1996, p. 4, tradução nossa).

Para Scott (2005), indivíduos e grupos, igualdade e diferença não são opostos, mas conceitos interdependentes, que estão necessariamente em tensão. Essas tensões resolvem-se de maneira específica, ao longo da história, e precisam ser analisadas nas suas questões políticas peculiares e “não como escolhas morais e éticas intemporais” (SCOTT, 2005, p.14).

Na década de 1990, sob a perspectiva de gênero, o conceito de empoderamento, começou a ser utilizado por agências internacionais de cooperação, apresentando caráter polissêmico (para designar qualquer coisa que toma em conta as mulheres) (CRUZ, 2018, p 103).

Porém, o termo empoderamento nem sempre esteve relacionado a gênero. Segundo Antunes (2002) o conceito de empoderamento, surgiu nos anos 1970 com os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos simultaneamente com o movimento negro como uma forma de auto-valorização da raça e conquista

da cidadania plena. Ainda na década de 70 o termo começou a ser utilizado pelo movimentos feministas no campo do desenvolvimento e dos movimentos sociais das mulheres (CRUZ, 2018).

O termo empoderamento, em inglês, *empowerment*, significam dar poder a, permitir ou também autorizar. De modo conceitual, sigo a idéia de Freire do empoderamento, que talvez esteja associado à idéia da libertação do sujeito oprimido e a noção de conquista da liberdade. (FREIRE, 2011).

Nesse sentido Baquero 2012, traz o seguinte esclarecimento sobre o significado de empoderamento:

O neologismo “empoderamento” está, no entanto, consignado no Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea das Ciências de Lisboa e registrado no Mordebe – Base de Dados Morfológica do Português. O termo é um anglicanismo que significa obtenção, alargamento ou reforço de poder (BAQUERO, 2012, p. 174).

Voltando à idéia de Freire em relação a *empowerment*, o autor apresenta uma nova característica e faz uma ligação com o termo empoderamento de classe social. Nesse sentido, na compreensão freireana, o empoderamento não se trata de um processo de natureza individual, mas sim da autolibertação, ou seja, a libertação é uma ação social (FREIRE, 1986).

Nesse contexto, Gohn (2004), Edwards (1999) e Uphoff (1993), discutem que para a continuação de grupos excluídos ou das minoria é necessário a contribuição da sociedade civil, não só para garantir a sobrevivência desses grupos, mas também na inserção social, agindo como mediador entre os grupos excluídos e o estado (governo), no sentido de empoderá-los, procurando influenciar o processo político geral.

O processo de empoderamento feminino inicia com o reconhecimento da ideologia que legitima a dominação masculina e compreende como esse sistema perpetua a opressão. (BATLIWALA, 1994),

Baquero (2012) entende que o termo empoderamento, primeiramente, foi utilizado, por movimentos sociais dos Estados Unidos da América, que buscavam pela emancipação dos excluídos e pela cidadania de grupos segregados, como negros, mulheres, homossexuais e pessoas com deficiência.

Segundo Freire (1986), o empoderamento passa a ser uma ação individual, fortalece-se no coletivo e se constitui como “um encontro dos humanos

para refletirem sobre sua realidade tal como a fazem e refazem” (FREIRE; SHOR, 1986, p. 123).

A situação da mulher expressa que a sociedade, por meio das instituições, da cultura, crenças e tradições, do processo educacional, da divisão social e sexual do trabalho, desenvolve uma relação entre homens e mulheres de assimetria, dominação e subjugação. Apesar das mudanças ocorridas, ainda existe, muitas mulheres que não podem tomar decisões sobre suas próprias vidas. (COSTA, 2006).

Nesse sentido Frota aborda o sentimento de posse que os homens sentem em relação a mulher:

A figura de mulher e de mãe fica diluída na família, como propriedade do marido. Portanto, a masculinidade como expressão do indivíduo e propriedade é, como tal, fonte de poder, e se constitui na justificativa ontológica para o tratamento diferenciado entre homem e mulher no campo político e social, base de explicação da violência de gênero (FROTA, 2006, p. 219).

Nesta perspectiva, observa-se que o empoderamento é um processo em que as mulheres conseguem estabelecer a capacidade de decidir sobre suas próprias vidas, é um avanço na compreensão sobre elas mesmas, suas condições e sua atuação nas relações sociais.

Segundo Cruz (2018, p 106) É necessário entender que o processo de empoderamento das mulheres precisa manifestar uma nova concepção de poder, que proporcione formas de democracia e poder compartilhado, permitindo a construção de novos mecanismos de responsabilidade coletiva, da tomada de decisões e de responsabilidades.

Não obstante, León (1999), traz ao debate o empoderamento como sentimento e destaca que se não houver uma ligação com o meio e com as ações coletivas dentro de um contexto político, o empoderamento pode ser uma utopia, apenas uma sentimento de empoderamento.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO

Atualmente, organizações internacionais e acordos entre os países recomendam a necessidade de ampliar a presença das mulheres nos espaços de poder e de decisão, bem como programar ações que favoreçam a participação das

mulheres em todos os setores, como, por exemplo, a Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminações Contra a Mulher (CEDAW), as Conferências Internacionais do Cairo, Beijing, Durban, entre outras (BRAUNER, 2015).

Nesse sentido cabe destacar que o Brasil conta com alguns órgãos voltados para assuntos de gênero e para as mulheres, a saber, a Secretaria Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, criada em março de 2003 e vinculada ao ministério dos direitos humanos, a qual publicou o PNPM Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015. O PNPM 2013-2015 foi um grande avanço no âmbito das políticas públicas para as mulheres, ele é formado através de elemento estrutural da configuração de um Estado democrático e contribui para o fortalecimento e a institucionalização da Política Nacional para as Mulheres.

Oliveira (2013, p. 4), ressalta a necessidade de haver uma desconstrução do pensamento patriarcal e a construção de novos atos que veem o ser humano livre de preconceito.

Sabe-se que ante as marcas de discriminação e subalternidade existentes no universo feminino, o acesso à cidadania requer a desconstrução da supremacia do paradigma patriarcal e a elaboração de novas práticas, de um outro imaginário na vida cotidiana que conceba cada pessoa, independente, de gênero, raça/etnia e classe, como ser humano. Esse processo de desconstrução e construção trazem consigo a necessidade de sujeitos políticos protagonistas, defensores e praticantes dessa concepção e principalmente a ressignificação do espaço das mulheres, com visibilidade e poder. (OLIVEIRA, 2013, p. 4).

Diante disto Hofling (2001, p. 31) destaca que “As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais.”

Nascimento (2016) enfatiza que as políticas públicas de gênero estão completamente incluídas no âmbito das políticas públicas sociais. As políticas sociais são “relativas à ação que tem um impacto direto no bem-estar dos cidadãos ao dotá-los de serviços ou renda”. (MARSHALL, 1967, p. 6).

Nesse perspectiva Boneti (2006) estabelece o seguinte conceito sobre políticas públicas:

Entende-se por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal, que provocam o direcionamento (e/ou o redirecionamento) dos rumos de ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ou de investimentos. (BONETI 2006, p. 74)

Reis (1989) aborda que as políticas públicas são ações do Estado direcionadas para determinados setores da sociedade, como saúde, educação etc, são realizadas através de programas, de ações e de projetos de amplo alcance, com metas, objetivos e estratégias bem definidas. Nesse sentido Política pública pode ser entendida como um curso de ação do Estado, orientado por determinados objetivos.

Nessa perspectiva Hofling (2001) destaca que políticas publicas são ações do governo com o objetivo de promover o desenvolvimento social.

um conjunto de ações do governo que visam produzir efeitos específicos na vida dos cidadãos; na perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que os indivíduos, instituições, ideologias e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa desses fatores (HOFLING, 2001, p. 05).

Para Peters (1986) a política pública é a união das atividades dos governos, que atuam de forma direta ou por meio de delegação, e que influenciam e favorecem a vida dos cidadãos.

Percebe-se, pois, que as políticas públicas são as decisões de governo que afetam e influenciam a vida dos cidadãos. São os atos de governo que buscam garantir direito sociais, atuando em áreas específicas (SILVA, 2015).

Políticas publicas, através das ações afirmativas possibilitam efetivação das ações do Estado no fomento do bem-estar e da cidadania assegurando igualdade de oportunidades e tratamento de todos e a provocação dos setores culturais com objetivo de aumentar as ações de inclusão social. Sendo essencial o entendimento de que os programas de ações como políticas públicas são meios que auxiliam na redução das desigualdades sociais. Nesse sentido é de “fundamental importância que se compreenda que os programas de ações afirmativas não como mecanismo fim e sim, como políticas públicas ou privadas que servem de meios direcionados na redução das desigualdades sociais” (NASCIMENTO, 2010, s/p).

Se políticas publicas são ações do estado que objetivam assegurar igualdade e oportunidade a todos nas diversas áreas, então o acesso a educação deve ser discutido como na realização dessas ações. Nesse contexto Oliveira enfatiza que:

Se “políticas públicas” é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas

educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar.” (OLIVEIRA, 2010, p. 4).

A Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996 em sua mais nova formulação, garante e assegura que a educação é direito de todos e estabelece princípios de igualdade entre todos. Desse modo a educação deve incluir a todos visando a instrução profissional para atuação no mercado de trabalho, no exercício de uma cidadania plena. A lei garante a participação e inserção das mulheres no meio educacional, e em especial no meio acadêmico que, é “um direito conquistado por estas após várias reivindicações, por entendê-la como um instrumento importante e que influencia na formação, transformação e desenvolvimento das pessoas e, conseqüentemente, da sociedade na qual nos inserimos.” (GOMES, 2013, p. 2).

Segundo Oliveira (2010), a escola é um espaço de ensino para todos os grupos sociais, garantida em suas condições mínimas de existência exigidas pelo Estado, esse espaço deve promover políticas públicas para a sociedade de forma que envolva servidores, professores, comunidade, etc.

A educação só é escolar quando ela for passível de delimitação por um sistema que é fruto de políticas públicas. Nesse sistema, é imprescindível a existência de um ambiente próprio do fazer educacional, que é a escola, que funciona como uma comunidade, articulando partes distintas de um processo complexo: alunos, professores, servidores, pais, vizinhança e Estado (enquanto sociedade política que define o sistema através de políticas públicas). Portanto, políticas públicas educacionais dizem respeito às decisões do governo que têm incidência no ambiente escolar enquanto ambiente de ensino-aprendizagem (OLIVEIRA, 2010, p. 4)

Nesse sentido, nota-se que um dos objetivos de uma política pública é a erradicação das desigualdades sociais. Para Landerdahl et al. (2013) após avaliarem uma política pública cujo objetivo é a minimização da desigualdades de gênero observam resultados positivos “as marcas deixadas dizem respeito a algumas transformações na sua vida e saúde, oriundas da elevação da autoestima, da valorização e percepção de si como ser humano que tem direitos e que pode enfrentar o instituído”. (LANDERDAHL et. al. 2013, p. 311).

Para concluir, Farah (2004), descreve que o objetivo de analisar políticas públicas e programas governamentais através da perspectiva de gênero, pretende-se pesquisar até que ponto as iniciativas do Estado têm contribuído, para

modificar ou melhorar esse padrão machista, profundamente arraigado na sociedade brasileira.

2.4 AVANÇOS NA LEGISLAÇÃO DOS DIREITOS FEMININOS

Na época do Brasil Colônia (1500-1822), houve pouquíssimas conquistas em relação aos direitos das mulheres. Prevalencia uma sociedade com uma cultura enraizada de repressão às minorias, desigualdade e de patriarcado. Segundo Aragão e Kreutz (2010, p. 109), “desde o período colonial, a educação feminina era restrita ao lar e para o lar, ou seja, as mulheres aprendiam atividades que possibilitassem o bom governo da casa e dos filhos”

Em relação ao trabalho, Beltrão (2009, p. 131), enfatiza que “a maior parte da história brasileira existiu uma divisão sexual do trabalho que, de modo geral, impunha às mulheres as atividades domésticas e de reprodução (privadas), e aos homens as atividades extras domésticas e produtivas (públicas)”, O homem era considerado como chefe e o provedor da casa.

Diante disso, os movimentos femininos, em busca dos direitos de igualdade, começaram ganhar força. Nessa lógica, Farah (2004); Bandeira (2005), Soares (2003) e Delgado (2007) destacam que a fortificação do movimento feminista ocorreu no Brasil a partir dos anos 1970. Após uma década, se fortaleceu um forte movimento feminista e também na área acadêmica, cujas conseqüências, auxiliaram na busca de várias tentativa de inserção, da perspectiva de gênero, nas políticas públicas e programas governamentais, com o objetivo de designar pautas sobre políticas específicas e/ou direcionadas às mulheres.

Entende-se que o caminho entre os direitos das mulheres e as lutas para a igualdade das minorias de modo geral estiveram sempre ligados.

A busca por igualdade de gênero e reconhecimento de direitos foram o objetivos de várias lutas de mulheres, o que permitiu a conquistas de vários direitos para as mulheres. Nesse contexto, segue abaixo o quadro 1 com o principais avanços na legislação em relação às mulheres.

Quadro 1 - Avanço cronológico dos direitos femininos no Brasil (Legislação)

Ano	Lei	Principais Conquistas
1824	Constituição de 1824	Surgiram escolas destinadas à educação da mulher, mas, ainda, voltada a trabalhos manuais, domésticos, cânticos e ensino brasileiro de instrução primária.
1890	Decreto n 181, de 24 de janeiro de 1890	Retirou do marido o direito de impor castigo corpóreo a mulher e aos filhos
1932	Com o Código Eleitoral de 1932	Permitiu à mulher exercício do voto aos vinte e um anos de idade.
1934	Constituição de 1934	Direito a voto para mulheres com idade a partir dos 18 anos e proibição de diferenças salariais entre os sexos
1946	Constituição de 1946	Passa a ser obrigatório em todo o território nacional a assistência à maternidade
1967	Constituição de 1967	Reduziu o tempo de serviço de trinta e cinco para trinta anos no caso das servidoras públicas, e, no artigo 158, XX, a mesma determinação para as mulheres trabalhadoras.
1977	Lei 6.515, de 26 de dezembro de 1977	Lei do Divórcio, o divórcio direto no Brasil é uma conquista política e social da sociedade e das mulheres.
1988	Constituição de 1988	Trouxe o princípio da dignidade da pessoa humana; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; prevalência dos direitos humanos e do repúdio ao racismo; direito da mulher ao planejamento familiar e o dever do Estado em coibir a violência doméstica e familiar e igualdade.
2003	Novo Código Civil Brasileiro	Eliminou todas as discriminações legais contra as mulheres que ainda vigoravam (tais como dependência legal da mulher diante do homem)
2003	Lei 10.683/2003	Criou a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM)
2005	Revisão do Código Penal Brasileiro	Eliminou a possibilidade de impunidade do agressor sexual que casasse com sua vítima, descriminalizou o adultério (que, na prática, punia apenas o adultério feminino) e eliminou a expressão mulher honesta presente na definição de vítima de alguns crimes sexuais.
2006	Lei nº 11.340/2006	Conhecida como Lei Maria da Penha, tem como objetivo punir de forma mais efetiva os homens, geralmente companheiros, agressores no âmbito familiar e doméstico. Entre a punição para agressão física, se enquadram violência psicológica, sexual, patrimonial, além de proteção à mulher denunciante.
2015	Lei 13.104/15	Torna qualificado o homicídio quando realizado contra mulheres em razão do gênero, e o incluindo no rol de crimes hediondos.

Fonte: Autora(2019)

O direito a voto foi um grande avanço político para mulheres. “Na Carta Constitucional de 1934, temos um artigo dedicado à família, que recebe a proteção do Estado, e no qual é declarado indissolúvel o casamento. Porém, o grande avanço percebido é a permissão de voto” (MONTEIRO, 2008, p. 116).

Entretanto, nota-se a maior conquista feminina, em relação a direitos, ocorreu com a constituição de 1988. A qual estabelece, em seu art. 3 os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil e dentre eles estão: “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, bem

como promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988).

Em seu art. 5º, inciso I, a relação jurídica da igualdade de gênero, estabelecendo que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações” (BRASIL, 1988).

A carta de 1988 – marco jurídico de transição democrática, da institucionalização dos direitos humanos no país – reflete e ecoa 90% das reivindicações feitas pelo movimento de mulheres. O texto está em absoluta consonância com os parâmetros protetivos mínimos internacionais e acolhe as vertentes repressivo-punitiva e promocional. (RIOS; PIOVESAN 2003 p. 174).

É importante destacar, um outro grande avanço, em relação a violência contra as mulheres a lei A Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, publicada no dia de 7 de agosto de 2006. A qual trata-se, notoriamente, de uma medida afirmativa de proteção à mulher, especialmente ao grupo de mulheres que se encontra na situação de risco prevista pela lei, ou seja, as vítimas de violência doméstica e familiar. (MONTEIRO 2008).

Por outro lado Rosa (2007), discute que, apesar dos avanços, a desigualdade de gênero ainda persiste:

A Constituição Federal de 1988 simboliza um marco fundamental na instituição da cidadania e dos direitos humanos das mulheres no Brasil. É bom ressaltar que, apesar dos avanços obtidos na esfera constitucional e internacional, ainda persistem no imaginário social brasileiro elementos sexistas e discriminatórios com relação às mulheres, que as impedem de exercer, com plena autonomia e dignidade, seus direitos fundamentais (ROSA, 2007, p. 3).

Percebe-se desta forma que os avanços na legislação para mulheres foram gradativos e corroborando a idéia de Rosa 2007, percebe-se que a discriminação envolvendo gênero ainda é forte em nossa sociedade.

3 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta os elementos fundamentais que envolvem a construção do desenho desta pesquisa. A ciência é um processo de investigação, a prática científica é o “princípio do pensamento e da reflexão que norteia a compreensão e a construção da ciência; bem como o sentido profundo para o qual a ciência deve apontar.” (TURATO, 2003, p. 43). Nesse sentido Simões (2013, p. 83) destaca que o “O objetivo de uma pesquisa é conhecer algo, é descrever e analisar uma realidade”.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA QUANTO A ABORDAGEM

Ao envolver o tema desta pesquisa, o presente estudo será configurado metodologicamente conforme o quadro abaixo:

Quadro 2 - Aspectos metodológicos da pesquisa

Quanto a NATUREZA	APLICADA	Objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais. (SILVEIRA e CÓRDOVA, 2009, p. 35). Essa pesquisa apresenta característica aplicada, pois foi motivada pela necessidade de resolver um problema real, com finalidade prática, e não apenas no nível da especulação intelectual originada pela curiosidade do pesquisador.
Quanto ao OBJETIVO	EXPLORATÓRIA	Tem como objetivo proporcionar maior aproximação com o problema, tentando torná-los mais visível ou explícito. Envolve: levantamento bibliográfico; entrevista com pessoas que tiveram experiência práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão. (GIL, 2008).
Quanto a ABORDAGEM	QUALITATIVA	A abordagem qualitativa permite analisar o “universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”, fenômenos que não podem ser reduzidos em dados quantitativos (MINAYO, 2002, p. 21-22). Cabe nesta pesquisa, pois iremos estudar a percepção das entrevistadas.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Silveira e Córdova (2009); Gil (2008) e Minayo (2002).

Para Godoy (1995) A pesquisa qualitativa não se preocupa em enumerar e/ou medir uma pesquisa. Parte de uma forma mais geral e vai se definindo conforme o desenvolvimento da pesquisa. Promove o alcance de dados descritivos

sobre pessoas, lugares, processos, etc.. procurando melhor compreensão dos fenômenos em relação a perspectiva dos participantes da pesquisa.

Flick (2009) destaca a importância desse método: “a pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido a pluralização das esferas de vida” (FLICK, 2009, p. 22).

A partir de tais premissas, a pesquisa optou por maior clareza nos procedimentos metodológicos em relação ao rigor científico, seguindo de forma sistemática os procedimentos metodológicos possíveis. Ao enfatizar esse pressuposto no desenvolvimento da pesquisa, “ser passível de replicação”, pretende-se contribuir com a transparência dos dados e procedimentos metodológicos.

3.2 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

Em relação aos procedimentos técnicos esse estudo se configura conforme o quadro abaixo:

Quadro 3 - Procedimentos técnicos

BIBLIOGRÁFICO	Pois é desenvolvido com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, dissertações e teses pelo qual se estabelecerá todo o referencial teórico desta pesquisa. Para Gil (2008) a pesquisa bibliográfica é a base de qualquer pesquisa científica, onde se estabelece o referencial teórico.
DOCUMENTAL	A pesquisa documental tem semelhança com a bibliográfica. Porém, o que diferencia as duas é a natureza das fontes, pois a pesquisa documental utiliza materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2008). Nesse sentido, a pesquisa documental deste estudo é realizada através de análise em dados e documentos no âmbito da Universidade Federal do Amapá.
ESTUDO DE CASO	“O estudo de caso é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” Yin (2001, p.32).

Fonte: Tabela feita pela própria autora a partir de Gil (2008) e Yin (2001).

Para escolher o método de pesquisa mais apropriado foi necessário avaliar as questões colocadas pela investigação. O aspecto excepcional do estudo de caso “reside em sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações” (YIN, 2001, p.27).

Quando o pesquisador busca uma compreensão extensiva e com mais objetividade e validade conceitual, do que propriamente estatística, acerca da visão de mundo de setores populares o estudo de Caso, como método de investigação qualitativa, tem sua aplicação. Interessa ainda as perspectivas que apontem para um projeto de civilização identificado com a história desses grupos, mas também fruto de sonhos e utopias. (ROCHA, 2004).

Nesse sentido, como dito no quadro 2, para Yin (2001, p.32): “o estudo de caso é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”

É vantajoso o estudo de caso, pois proporciona uma visão intensa e ao mesmo tempo extensa e completa de uma unidade social, heterogênea, composta de diversas variáveis. (ANDRÉ, 2008, p.33).

De acordo com Rauen (2002, p. 210), “estudo de casos é uma análise profunda e exaustiva de um ou de poucos objetos de modo a permitir o seu amplo e detalhado conhecimento”

3.3 LOCAL DO ESTUDO DE CASO

Esse estudo foi realizado no âmbito da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, no Campus: Marco Zero, localizado na cidade de Macapá.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2015) a Fundação Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) teve suas atividades iniciadas em 1970 como Núcleo Avançado de Ensino (NEM), vinculado à Universidade Federal do Pará (UFPA), com a oferta de aproximadamente 500 (quinhentas) vagas voltadas para o campo do magistério (licenciatura curta), implantando, assim, o ensino superior no Amapá.

Na década de 1990, cria-se, de fato, a Fundação Universidade Federal do Amapá, autorizada por meio do Decreto n.º 98.977, de 2 de março de 1990, publicado no Diário Oficial da União n.º 43, de 5 de março de 1990, nos termos da Lei n.º 7.530, de 29 de agosto de 1986, que autoriza o Poder Executivo a instituí-la, tendo seu estatuto aprovado pela Portaria Ministerial n.º 868/90, de acordo com o Parecer n.º 649/90-SESu, aprovado em 9 de agosto de 1990 e publicado na

Documenta MRC n.º 35, tornando-a uma Instituição de Ensino Superior (IES), mantida pela União (PDI, 2015).

Figura 1 - Universidade Federal do Amapá



Fonte: UNIFAP, 2018

Atualmente, a Universidade Federal do Amapá tem sua atuação de 5 (cinco) *campi* em funcionamento: *campus* do Marco Zero do Equador (Macapá), Santana, Mazagão, Laranjal do Jari e Binacional do Oiapoque. Esses *campi* têm a capacidade de beneficiar cerca de 576.949 pessoas (IBGE, 2010), aproximadamente 86% da população do estado do Amapá. (PDI, 2015).

O *campus* de Macapá possui 26 (vinte e seis) cursos de graduação, o *campus* Binacional do Oiapoque atua com 8 (oito) cursos, o de Santana atua com 5 (cinco) cursos, o *Campus* Mazagão oferece o curso de Licenciatura em Educação do Campo: Agronomia e Biologia. (PDI, 2015)

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional, além desses 5 (cinco) *campi*, a Universidade Federal do Amapá possui estrutura física nos municípios de Amapá, Laranjal do Jari e Tartarugualzinho. É importante destacar que também possui espaços para futuras instalações no município de Porto Grande. Ver no mapa a presença geográfica da UNIFAP:

Figura 2 - Ilustração dos Campi em funcionamento da UNIFAP



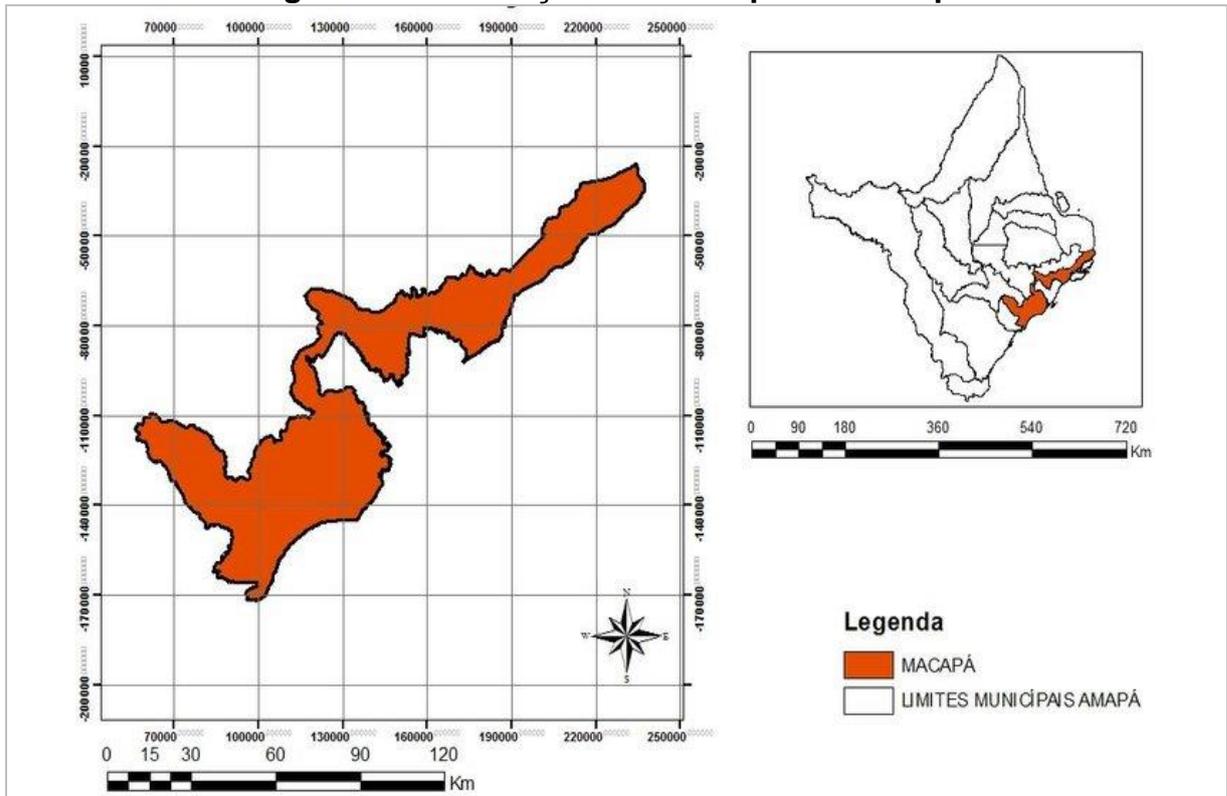
Fonte: PDI UNIFAP, 2015.

Ainda segundo PDI (2015) o *campus* Marco Zero do Equador, foi inaugurado no ano de 1990 e em 1991 teve o primeiro vestibular para os cursos de Direito, Secretariado Executivo, Geografia, História, Matemática, Letras, Educação Artística e Enfermagem, instituindo de fato a Fundação Universidade Federal do Amapá – UNIFAP.

Esse *campus* mantém, até a atualidade, a administração Geral e a Reitoria da Universidade e está localizado no município de Macapá.

O município de Macapá é a capital do Amapá, e o primeiro município a ser criado, tem população estimada, em 2018, de 493.634 pessoas, área territorial de 6.562,41 km², com densidade demográfica de 62,14 hab/km² e desempenho econômico predominantemente na área de serviços (IBGE). Abaixo segue imagem do estado do Amapá ilustrando a localização geográfica do município de Macapá.

Figura 3 - Localização do Município de Macapá



Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Macapá

Cabe destacar que o projeto UNIMULHER, objeto de estudo desta pesquisa, é disponibilizado pela Pró-reitoria de extensão e Ações Comunitárias – PROEAC. A PROEAC através do Departamento de Ações Comunitárias e Estudantis – DACE e do Departamento de Extensão - DEX, assume também a tarefa de gerir a política de ações e projetos de assistência estudantil na Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. Além disso esta Pró-Reitoria desempenha alguns projetos com o propósito de integrar a comunidade acadêmica com a sociedade amapaense tornando possível o acesso a cultura, esporte e lazer como (PDI, 2015).

3.4 INSTRUMENTOS E SUJEITOS DA PESQUISA

Para coleta de dados o estudo de caso aplica, essencialmente, seis fontes diferentes: “documentos, registros em arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos” (DUARTE e BARROS, 2006, p. 229).

Essa pesquisa utilizou como instrumentos de coleta de dados primários entrevistas semi-estruturadas conforme roteiro de entrevista (Apêndice C) de caráter qualitativo, com perguntas abertas permitindo as entrevistadas discorrerem a vontade sobre o tema e a pergunta proposta, com o objetivo de avaliar a percepção das egressas quanto à influência do Programa UNIMULHER nas seguintes dimensões: Empoderamento, trabalho, educação e qualidade de vida.

Foram realizadas 16 (dezesesseis) entrevistas individuais. Assim, todas as turmas tiveram representatividade de no mínimo 2 (duas) mulheres formadas no *campus* Marco Zero do Equador como mostra a tabela 1 abaixo:

Tabela 1 - Composição da população da pesquisa para as entrevistas

ANO	TURMA	VAGAS	NÚMERO DE PESSOAS ENTREVISTADAS
2012	A	50	2
	B	50	2
2013	A	50	2
	B	50	2
2015	A	50	2
	B	50	2
2017	A	50	2
	B	50	2
TOTAL			16

Fonte: Autora, 2019

O procedimento de sorteio da amostra ocorreu da seguinte forma: todos os nomes das concluintes de cada turma foram recortados em tamanhos iguais, dobrados e separados, em uma caixa pequena identificada pela turma e ano, no total de 8 e em seguida foi sorteado um nome de cada vez e marcado na relação o nome da provável participante, até o total de 2 nomes para cada turma.

Após o sorteio, foi realizado o primeiro contato que se deu via telefone, através de ligação e mensagem de *whatsapp*, e por meio de redes sociais onde foi feito um convite para participarem da pesquisa e, assim, agendar a entrevista. Ocorreu situações de telefones inativos, indisponibilidade das sorteadas de participar por vários motivos, e também teve umas que desejaram não participar da pesquisa. Deste modo foi sorteado outro nome até completar o número almejado de participantes.

As entrevistas semi-estruturadas ocorreram entre os meses de abril e maio do ano de 2019, foram agendadas previamente, realizada pessoalmente, em

local escolhido pela participante que, em sua maioria, escolheram sua própria residência.

As entrevistas seguiram um roteiro com perguntas agrupadas, para Manzini (2004, p.2) “O roteiro serviria, então, além de coletar as informações básicas, como um meio para o pesquisador se organizar para o processo de interação com o informante”.O roteiro é apresentado sob a forma de quatro tópicos (Educação, Trabalho, Empoderamento e Qualidade de Vida) compostos por perguntas abertas, cabe destacar que o roteiro apresentou duas perguntas relacionadas motivo de participar do curso. O roteiro está disponível nos Apêndices.

As entrevistas foram gravadas com a autorização prévia (anexos A e B) da participante após informação verbal sobre o objetivo da pesquisa, sobre os riscos mínimos do estudo e esclarecimento de dúvidas. As entrevistadas assinaram a declaração de voluntária na pesquisa e termo de consentimento livre e esclarecido, conforme procedimentos éticos exigidos pelo comitê de ética o qual essa estudo foi submetido. Por questão de ética a identificação foram resguarda, onde as entrevistadas foram identificada pela letra “P” de participante mais o número da entrevistada na lista de ex-alunas, seguida da letra A ou B, referente as turmas, e seguida do ano da turma em dois dígitos (Exemplo: P2A13). Posteriormente, as entrevistas foram transcritas integralmente para evitar perda dos depoimentos e integridade das falas da entrevista. Em seguida os áudios foram transcrito para uma melhor interpretação dos dados.

Com o objetivo de obter dados mais profundos, no que se refere à subjetividade das alunas da turma de 2019, utilizou-se a técnica do grupo focal; pelo motivo de que a utilização desse método implica em um procedimento de discussão e expressão, o qual permite que o pesquisador capte elementos de suma importância como: idéias, pensamentos, sentimentos, emoções, experiências que em outros métodos seria um pouco mais difícil para colher. Além disso, o grupo focal permite uma dinâmica de interação, onde os participantes estabelecem trocas de experiência com envolvimento efetivo de todo o grupo. Para Morgan (1997) grupos focais é uma técnica de pesquisa qualitativa, originadas das entrevistas grupais, que coleta informações por meio das interações grupais. Nesse sentido o GF se diferencia da entrevista individual por pautar-se na interação entre as pessoas para obter os dados necessários à pesquisa (TRAD 2009, p. 781).

O grupo focal foi formado por 12 alunas, sendo 6 cinco alunas da turma A e 6 (cinco) permitindo que todas as turmas tivesse representatividade na pesquisa. As alunas foram convidadas a participarem do debate, não houve método de escolha, o convite foi lançando e todas que aceitaram participaram do grupo focal. O encontro foi agendado junto coordenação do projeto e realizado na sala de aula do UNIMULHER, no âmbito da Universidade Federal do Amapá.

Da mesma forma que a entrevista individual, no grupo focal seguimos um roteiro o qual se estrutura em tópicos (tópico-guia). O tópico guia construído foi apresentado por temas ligados a empoderamento, educação e qualidade de vida com o objetivo de obter as expectativa e percepções a cerca do curso. O tópico guia está disponível nos anexos.

O grupo foi gravado com a prévia autorização de todas as participantes (anexos B e C). Após informação verbal sobre o objetivo da pesquisa, sobre os riscos mínimos do estudo e esclarecimento de dúvidas. As participantes assinaram a declaração de voluntária na pesquisa e termo de consentimento livre e esclarecido, conforme procedimentos éticos exigidos pelo comitê de ética o qual essa estudo foi submetido.

Antes de iniciar o debate foi criado um clima favorável o qual estimulou todas as participantes a discutir o tema proposto e a compartilhar suas opiniões e experiências. Posteriormente o áudio foi transcrito para uma melhor e maior interpretação dos dados.

Por questão de ética as identificações das participantes foram resguardadas, onde foram identificadas por códigos conforme demonstra o quadro 4.

Quadro 4 - Codificação das participantes

(continua)

ANO	TURMA	CÓDIGO
2012	A	P1A12
		P2A12
	B	P1B12
		P2B12
2013	A	P1A13
		P2A13
	B	P1B13
		P2B13

Quadro 4 - Codificação das participantes

(conclusão)

ANO	TURMA	CÓDIGO
2015	A	P1A15
		P2A15
	B	P1B15
		P2B15
2017	A	P1A17
		P2A17
	B	P1B17
		P2B17
2019	A e B	P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9, P10, P11 e P12

Fonte: Autora, 2019.

3.5 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS

Em qualquer pesquisa social tudo o que é produzido pela sociedade e pessoas é suscetível de análise de conteúdo, como fala, relatórios, normas, planos, discursos, textos entre outros. A técnica de análise de conteúdo permite esclarecer as questões que diferenciam esses conteúdos, formas, informações, etc. produzidos por diferentes atores (BAUER, 2015, p. 189).

Para Bardin (2011) a análise de conteúdo se constitui de várias técnicas onde se busca descrever o conteúdo emitido no processo de comunicação, seja ele por meio de falas ou de textos.

Nesse sentido Campos (2004) observa alguns importantes aspectos da técnica análise de conteúdo:

Vislumbramos assim, que o desenvolvimento deste método passa invariavelmente pela criatividade e pela capacidade do pesquisador qualitativo em lidar com situações que, muitas vezes, não podem ser alcançadas de outra forma. De qualquer maneira é uma importante ferramenta na condução da análise dos dados qualitativos, mas deve ser valorizado enquanto meio e não confundido como finalidade em um trabalho científico. (CAMPOS, 2004, p. 614).

Nesse sentido, Cabe a análise de conteúdo nesse estudo, pois segundo Bardin (2011) em uma pesquisa qualitativa é interessante a utilização da técnica de análise de conteúdo. A autora direciona a análise para desvendar motivações,

valores, crenças, atitudes, compreensão, predisposição e expressões nas pessoas que iniciam a fala, discurso, dispositivo legal ou texto.

Gomes (1993, p 87) estabelece os procedimentos metodológicos da análise de conteúdo (categorização, inferência, descrição e interpretação). Para o autor esses procedimentos não, necessariamente, seguem essa ordem.

Para uma melhor análise dos dados coletados buscou-se categorizar os dados das entrevistas e do grupo focal. Flick (2009 p. 132) destaca que a Categorização pode ser aplicada a qualquer tipo de dados e não se restringe a apenas um método específico de coleta.

Quadro 5 – Categorias de análise de conteúdo

Dimensão	Descrição	Categoria	Conceito norteador
Percepção sobre o curso	O enquadramento de aspectos aplicáveis à percepção das participantes sobre o curso UNIMULHER	Benefícios do curso	Indica os benefícios do curso
		Expectativa sobre o curso	Indica os motivos para participar do curso
Empoderamento	O enquadramento de aspectos aplicáveis à percepção das participantes sobre o processo de empoderamento e o sentimento de sentir-se empoderada	Processo de empoderamento	Indica o sentimento de empoderamento
		Poder de decisão	Indica poder de decisão sobre sua própria vida
Trabalho/economia	O enquadramento de aspectos aplicáveis à percepção das participantes sobre sua situação financeira e vida profissional	Mercado de trabalho	Indica influencia para inserção no mercado de trabalho
		Controle financeiro	Indica o controle do dinheiro e dos gastos para atender suas necessidades e da família.
Escolaridade	O enquadramento de aspectos aplicáveis à percepção das participantes sobre a influencia do UNIMULHER no aumento do nível de escolaridade	Nível de instrução	Indica influencia para o aumento do nível de escolaridade
Qualidade de vida	O enquadramento de aspectos aplicáveis à percepção das participantes sobre sua auto avaliação e plano para o futuro	Auto estima	Percepção das participantes que indica sentimento e autoavaliação de si após o curso.
		Perspectiva de vida	Indica capacidade das entrevistadas de planejar seu futuro

Fonte: Feito Autora, 2019.

Como meio de complementar a análise deste estudo, optamos por utilizar o software NVivo. De acordo com a descrição do seu desenvolvedor (QSR International), esse software suporta métodos qualitativos e variados de pesquisa, projetado para auxiliar a organizar, analisar e encontrar informações em dados não estruturados ou qualitativos como: entrevistas, respostas abertas de pesquisa, artigos, mídia social e conteúdo web. O NVivo disponibiliza um local para organizar e gerir o material, fornecendo ainda, ferramentas que permitem consulta a dados de modo eficiente (CAVALCANTI et al. 2017).

Entre as principais estruturas de um projeto NVivo estão os Nodes ou nós, que podem ser do tipo Free Node (um nó isolado) ou Tree Node (uma árvore de nós). Um nó é uma estrutura para armazenamento de informações codificadas e pode assumir significados diferentes, dependendo da abordagem metodológica utilizada na pesquisa. Por exemplo, se for utilizada análise de conteúdo, os nós irão receber os códigos (fragmentos de textos) formando categorias de informação (LAGE, 2011).

Cavalcanti et al. (2017) descreve que essa tecnologia tem total aplicabilidade em análise quantitativa e frisa que o software tem como princípios a codificação e o armazenamento do texto em categorias o que permite a aplicação da análise de conteúdo.

4 RESULTADO E DISCUSSÕES

Este capítulo se divide em duas partes, onde a primeira apresenta de forma detalhada o projeto de extensão Universidade da Mulher e a segunda expõe os resultados desta pesquisa em relação a percepção das alunas e ex alunas do curso.

4.1 APRESENTANDO O PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSIDADE DA MULHER (UNIMULHER)

Carbonari; Pereira (2007) percebem que a extensão universitária é resultado das orientações estabelecidas pelas normas da política para o ensino superior. Nesse sentido, Rauber (2008) explica que a extensão universitária proporciona uma relação entre a instituição e a sociedade.

A extensão universitária pressupõe uma ação junto à comunidade, disponibilizando ao público externo o conhecimento adquirido com o ensino e a pesquisa que foram desenvolvidos pela instituição. Dessa maneira, os programas de extensão universitária desvelam a importância de sua existência na relação estabelecida entre instituição e sociedade. (RAUBER, 2008, p. 12057).

Nessa perspectiva, para Bretas (2015) a extensão, como prática acadêmica, objetiva ligar a universidade em suas atividades de ensino e pesquisa com as necessidades da sociedade, buscando cumprir o compromisso social e político da universidade.

A extensão é importante, pois “proporciona na academia a geração de novos conhecimentos, a criação de novas modalidades de pesquisa, além da integração entre teoria e prática. Já na sociedade permite uma melhor percepção dos problemas sociais, econômicos e políticos” (VANNUCCHI, 2004 apud SANTOS et al., 2016, p. 24).

A Extensão Universitária, uma das atividades fim da universidade junto à pesquisa e ao ensino, ganha cada vez mais visibilidade no atual contexto frente às inúmeras ações e atividades que visam atender a crescente demanda da sociedade por resoluções de problemas que muitas vezes não são atendidos pelas políticas públicas vigentes. (DEL-MASSO et al., 2015, p. 1).

Mendonça e Silva (2002) destacam que poucos têm oportunidade de acesso e ingresso nas universidades públicas e afirmam que a extensão universitária é importante para o processo democrático do acesso aos conhecimentos gerados nas Universidades Públicas, e também para o redimensionamento da função social destas instituições de ensino superior, em especial as públicas. Os autores ainda salientam que é uma das principais funções sociais das Universidades a contribuição na busca formas para a resolução dos problemas sociais da sociedade, criando políticas públicas participativas e libertadoras.

Nota-se a importância da extensão universitária para a sociedade, porém há algumas dificuldades. Carbonari e Pereira (2007), salientam que existe na atualidade um grande desafio das instituições de Ensino superior que é o de criar ambientes que permitam o diálogo entre alunos, professores, servidores, sociedade e governo.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIFAP “a Universidade Federal do Amapá desenvolve programas e projetos de ensino de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão com o objetivo de contribuir para a cidadania e o desenvolvimento nacional e amazônico na qual está inserida” (PDI, 2015, p. 18).

Nesse contexto a UNIFAP, através da Pró-reitoria de Extensão e Ações Comunitárias (PROEAC), define e coordena a política de extensão e ações comunitárias; faz executar e acompanhar as atividades relacionadas com a extensão e as ações comunitárias; regulamenta a utilização do anfiteatro da UNIFAP. (PDI, 2015)

Ainda segundo o PDI (2015) Os cursos de extensão são ações de caráter teórico e/ou prático, planejadas e organizadas de modo sistemático em projetos por indução do Ministério da Educação via Secretaria de Educação Básica (SEB), como os cursos de Formação Continuada de Professores ou outros fomentados pela Própria UNIFAP, oferecidos às comunidades interna e externa, como o curso Universidade da Mulher (UNIMULHER).

Segundo o Projeto Pedagógico do UNIMULHER, o projeto surgiu da necessidade de realizar um projeto de extensão voltado para o gênero feminino. Nesse sentido a instituição, através deste projeto, oferece oportunidade,

exclusivamente as mulheres, de um curso interdisciplinar, o qual é ministrado por docentes da instituição e de outros órgãos.

Segundo o projeto pedagógico do projeto de extensão UNIMULHER, Inicialmente o público alvo era mulheres com idade igual ou superior a 30 anos e visava disponibilizar ações educacionais, culturais e sociais em atenção às mulheres.

O projeto teve início em 2012 através do edital 002/2012/PROEAC/UNIFAP, DE 10 de janeiro de 2012, onde foram disponibilizadas 100 vagas, sendo dividida em duas turmas de 50 alunas cada, para mulheres com idade igual ou superior a 30 anos. Esse edital ainda disponibilizou 10% (dez por cento) do total de vagas para mulheres vítimas de escarpelamento. O curso teve duração de 15 (quinze) meses divididos em 3 (três) períodos, com a seguinte grade curricular:

Quadro 6 - Grade curricular UNIMULHER – 2012

1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre
Educação Inclusiva	Equidade de Gênero	Trabalho de Conclusão de Curso-TCC
História da Mulher	Ciências Sociais e políticas Públicas direcionadas à mulher	Projeto de Ação Comunitária
Noções de direito I	Noções de Direito II	Direito da Mulher
Saúde Preventiva I	Saúde Preventiva II	Técnicas de apoio à mulheres em situações de risco
Informática	Teatro	Empreendedorismo

Fonte: Autora, 2019.

No ano 2013 ocorreu o início da segunda turma do UNIMULHER, através do edital 035/2013/PROEAC/UNIFAP, de 18 de julho de 2013, onde também foram disponibilizadas 100 (cem) vagas divididas em duas turmas (A e B). Nesse edital teve algumas mudanças, mudança na faixa etária do público alvo mudou para mulheres com idade igual ou superior a 40 anos, não foi reservado vagas para as mulheres vítimas de escarpelamento e também uma pequena alteração na grade curricular conforme demonstra quadro 7.

Quadro 7 - Grade curricular UNIMULHER – 2013

1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre
Equidade de Gênero	Ciências Sociais e Políticas Públicas Direcionadas à mulher	Trabalho de Conclusão de Curso-TCC
História da Mulher	Noções de Direito II	Projeto de Ação Comunitária
Noções de direito I	Saúde Preventiva II	Direito da Mulher
Saúde Preventiva I	Informática II	Técnicas de apoio à mulheres em situações de risco
Informática	Educação financeira	Empreendedorismo
	Ciclos de palestras e oficinas	

Fonte: Autora, 2019.

A terceira turma do projeto ocorreu em 2015, através do edital nº028/2014/PROEAC/UNIFAP, de 19 de dezembro DE 2014, onde também foram ofertadas 100 (cem) vagas divididas em duas turmas (A e B), conforme grade curricular demonstrada no quadro 8.

Quadro 8 - Grade curricular UNIMULHER – 2015

1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre
Equidade de Gênero	Ciências Sociais e Políticas Públicas Direcionadas à mulher	Trabalho de Conclusão de Curso-TCC
História da Mulher	Noções de Direito II	Projeto de Ação Comunitária
Noções de direito I	Saúde Preventiva II	Direito da Mulher
Saúde Preventiva I	Informática II	Técnicas de apoio à mulheres em situações de risco
Informática	Educação financeira	Empreendedorismo
	Ciclos de palestras e oficinas	

Fonte: Autora, 2019.

Em 2017 ocorreu a quarta turma do UNIMULHER, por meio do edital 031/2016/PROEAC/UNIFAP, de 07 de novembro de 2016, mantendo o número de vagas das turmas anteriores e com grade curricular (quadro 9).

Quadro 9 - Grade curricular UNIMULHER – 2017

1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre
Educação Inclusiva	Equidade de Gênero	Trabalho de Conclusão de Curso-TCC
História da Mulher	Ciências Sociais e políticas Públicas direcionadas à mulher	Projeto de Ação Comunitária
Noções de direito I	Noções de Direito II	Direito da Mulher
Saúde Preventiva I	Saúde Preventiva II	Técnicas de apoio à mulheres em situações de risco
Informática	Teatro	Empreendedorismo

Fonte: Autora, 2019.

Atualmente está ocorrendo a quinta turma do projeto dividida em duas turmas (A e B), conforme o edital nº 51/2018 - DEX/PROEAC/UNIFAP de 18 de outubro de 2018. Observa-se que houve alteração no seu público alvo que passou para mulheres com faixa etária entre 40 à 59 anos de idade. Houve também alteração na grade curricular conforme quadro 10.

Quadro 10 - Grade curricular UNIMULHER – 2018/2019

1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre
Equidade de Gênero	Ciências Sociais e políticas Públicas direcionadas à mulher	Trabalho de Conclusão de Curso-TCC
História da Mulher	Noções de Direito II	Projeto de Ação Comunitária
Noções de direito I	Saúde Preventiva II	Direito da Mulher
Saúde Preventiva I	Educação Financeira	Técnicas de apoio à mulheres em situações de risco
Informática	Ciclos de palestras e oficinas	Empreendedorismo

Fonte: Autora, 2019.

Cabe destacar que nesse edital, diferente dos outros, incluíram critérios de avaliação do currículo resumido conforme quadro demonstra o imagem 4.

Figura 4 - Critérios de avaliação do currículo resumido turma 2018/2019

 Universidade Federal do Amapá Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias - PROEAC Departamento de Extensão – DEX				
ANEXO 3				
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO CURRÍCULO RESUMIDO				
Nº	CATEGORIAS DE AVALIAÇÃO	SUB-CATEGORIA	PONTUAÇÃO MÍNIMA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
1	FORMAÇÃO	Ensino Superior incompleto	1 ponto	1 ponto
		Ensino Superior completo	2 pontos	2 pontos
2	CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL	Em qualquer área, com duração mínima de 30 horas	1 ponto por certificado	5 pontos
3	CIDADANIA	Membro de conselho	1 ponto por ano	2 pontos
4		Integrante de projeto social	1 ponto	1 ponto

Fonte: PROEAC/UNIFAP, 2018.

Sabe-se que a atividade de lazer é de suma importância para o aumento da qualidade de vida do ser humano, pensando nisso, o projeto também proporciona algumas atividades de lazer, onde as alunas podem interagir com a outra turma, as colegas de turma e com os professores. Além disso o curso realiza vários encontros, como café da manhã, objetivando a integração social das alunas.

Figura 5 - Encontro de Lazer



Fonte: site UNIFAP

Figura 6 – Café da manhã UNIMULHER



Fonte: site UNIFAP, 2018.

Hoje o projeto conta com a secretária do curso, com 2 (duas) salas de aulas, 1 (um) laboratório de informática tendo como fonte de recurso principal Emenda Parlamentar.

Figura 7 - Sala de aula UNIMULHER



Fonte: site UNIFAP, 2019

Diante disto, observa-se que o projeto configura-se como uma política pública voltada para o sexo feminino com o objetivo de combater o desequilíbrio de poder. Cabe destacar que ao analisar as grades curriculares e a proposta geral do curso foi possível desenhar e desenvolver os objetivos desta pesquisa.

4.2 PERCEPÇÃO GERAL SOBRE O CURSO

Inicialmente podemos destacar que, ao verificar a percepção das mulheres sobre a influência do projeto, de modo geral, há evidências de satisfação em relação ao curso e uma notória importância deste em suas vidas.

Ao observamos o conteúdo das entrevistas e do grupo focal, percebemos que a maior satisfação em relação ao curso está relacionada ao empoderamento, conforme se observa nos extratos a seguir:

(...) OUNIMULHER mudou a minha vida assim de uma maneira que você nem imagina (...) abriu-se um leque, a minha visão se abriu, eu digo assim parece que eu nasci de novo quando eu entrei aqui entende. (P2A13)

(...) foi bom porque mudou minha maneira de pensar, de agir e de como ver a vida futuramente. (P1B13)

(...) trouxe muitas coisas boas que inclui amizade que eu tive, foi muito importante até hoje eu tenho contato com as amigas da época e para mim foi bom (...)(P2B13)

(...) trouxe benefícios, eu era Envolvida com o movimento de mulher, eu tava fazendo também curso de assistente social e aquilo tava me dando uma gama de conhecimento científico e conhecimento empírico também porque eu tava lá ouvindo o depoimento de outras mulheres outras vivencias de outras mulheres da ilha de Santana de e de outros municípios que estavam querendo também ser empoderadas.(P1A15)

(...) trouxe bastante benefício entendeu, sobre saúde né, empoderamento, também sobre o direito da mulher. Muito benefícios mesmo. (P1A17)

(...) eu acredito que o UNIMULHER é um projeto, na verdade, que eu olhando aqui no ângulo, se todas as mulheres pudessem fazer ou ter acesso a esse curso eu acredito que a cabeça das mulheres mudaram (...) (P2A17)

É importante destacar a ocorrência com frequência da frase “violência domestica” tanto nas entrevistas individuais, quanto no grupo focal. A violência domestica não era o objetivo desta pesquisa, mas a partir do conteúdo dos dados coletados, observou-se que muitas mulheres viviam relacionamentos abusivos e sofriam variadas formas de violência. Há indícios de que o UNIMULHER favoreceu para as participantes o conhecimento dos seus direitos, como também a instrução sobre os tipos de violência domestica e a necessidade de denuncia, conforme demonstra os estratos a seguir.

(...) eu venho de uma vida de muito sofrimento e violência, eu não vivia, eu vivia para um homem, eu tive que aprender a me amar (...) desde o dia que eu entrei nesse curso, eu me emociono, porque só eu sei como eu estava e eu sei o que esse curso tem trazido pra mim.(P4)

(...) o UNIMULHER mudou a minha vida de uma maneira que você nem imagina, eu me emociono, porque eu vivi 18 anos da minha vida, assim, eu vivia violência tanto física como psicológica todos os tipos de violência que você imaginar eu vivia na minha casa entendeu, E quando vim para cá que eu comecei a perceber quem realmente não era só a violência física que era uma violência e no UNIMULHER eu tive coragem de denunciar e eu tive apoio. (P1A13)

(...) eu passava por violência psicológica todos os dias, sofria ameaças (...) no curso eu encontrei apoio para mudar essa situação que eu estava vivendo, eu choro até quando lembro. (P2B15)

(...) então esse curso veio ampliar mais meu conhecimento principalmente na área de violência doméstica. (P1A15)

Verifica-se que o curso UNIMULHER, como uma política pública para as mulheres, tem um importante papel social no combate a desigualdade de gênero e à violência doméstica. Além disso, nota-se nos relatos o papel multiplicador que as participantes apresentam ao se sentirem estimuladas de levarem os conhecimentos obtidos no projeto para o seu convívio social.

(...) eu poderia estar tirando as dúvidas de outras mulheres, eu poderia estar fortalecendo outras mulheres do meu bairro (...) eu também comecei envolver outras mulheres a fazer o curso e incentivar a continuar no curso, pois não era um curso superior, mas poderia trazer mudança de vida né de modo geral (...) e tudo o que eu aprendi eu multiplico, levo pra minha igreja (...) (P1A15)

(...) eu digo que esse programa deveria ter uma expansão maior, pois ainda existe muitos que precisam conhecer esse projeto (...) eu digo pra todas minhas amigas fazer esse curso. (P1B17)

(...) hoje em dia eu passo para as minhas amigas, tipo assim, o conhecimento que eu adquiri aqui eu não guardo só pra mim eu passo para os parentes, meus filhos, os vizinhos. (P2)

(...) nós somos capazes de transformar vidas e isso que esse curso tá fazendo, ele tá transformando nossas vidas pra gente ser um agente transformador de vidas, porque quantas mulheres estão presas dentro de suas casas sem ter conhecimento de leis, sofrendo e precisando de nos (...) (P4)

(...) tudo que eu aprendo aqui passo para minhas filhas, principalmente sobre saúde, como fazer preventivo (...) através desse curso eu já fui chamada pra dar palestra no meu bairro, então nossa, quem diria que eu teria a capacidade de passar conhecimento para outras pessoas (...) tudo que nos aprendemos aqui a agente passa para outras pessoas. (P8)

Observou-se que nem todas as alunas concluíram o curso, fato que me chamou bastante atenção. Cabe destacar que esta pesquisa não buscou estudar os motivos de evasão do curso, porém observou-se nos relatos uma insatisfação das participantes em relação a proposta do projeto ser um curso de extensão e não um curso superior, pois há evidências que algumas participantes pensavam que o projeto seria uma graduação. Tal insatisfação motiva-se do fato de as mesmas terem um enorme desejo de cursar um curso superior e sentirem-se em desvantagem de concorrerem uma vaga através do ENEM, pois alegam estarem muito tempo sem estudar. Os extratos a seguir revelam esse descontentamento e também outras críticas em relação ao projeto.

Críticas Negativas:

(...) Eu queria fazer uma faculdade e eu pensava que o UNIMULHER era uma faculdade (...) ainda pensei em desistir quando vi que não era uma faculdade (...) não sei se o UNUMULHER vai se transformar em um curso superior, seria muito bom se a universidade fizesse um vestibulinho pra gente, pra nos colocar pra fazer uma graduação, pois não temos capacidade de concorrer uma vaga com essa juventude, estamos muito tempo longe da escola. (P10)

(...) o UNIMULHER nos incentiva muito fazer uma graduação mais ele não oferece essa graduação. (P12)

(...) pensei assim: nós iremos cursar um curso superior né, fizemos o processo seletivo mas aí para nossa surpresa chegamos lá e não era o que a gente tinha esperado que ele não era um curso superior (...) muitas mulheres desistiram não quiseram fazer (...) (P1A15)

(...) eu me inscrevi pensando que era um curso superior (...) foi muito frustrante quando descobri que era só um curso de extensão (...) muitas meninas desistiram de fazer o curso. (P2A12)

(...)eu entrei para fazer o curso imaginava que era um curso de graduação (...) (P1A13)

(...) O UNIMULHER é pouco divulgado, deveria ser mais divulgado. (P2B15)

(...) Acho que o curso poderia promover mais cursos voltados para capacitação (...) (P2B13)

Nesse sentido, podemos destacar as críticas: falta de informação sobre o nível do curso, pouca divulgação dos processos seletivos e falta de cursos para capacitação das mulheres. Essas críticas revelam questões que podem ser facilmente aperfeiçoadas e melhoradas.

Neste estudo encontramos poucas críticas negativas sobre o projeto na percepção das participantes, o que nos faz pensar que o curso atendeu de forma satisfatória aos anseios dessas alunas.

Cabe salientar que serão necessários outros estudos que explorem as mulheres que não concluíram o curso para poder melhor entender os motivos de sua evasão e o impacto das ações da UNIFAP nos resultados.

Por meio do *software* NVivo foi possível gerar a distribuição do número de referências das dimensões codificadas nas entrevistas e no grupo focal, apresentadas tabela 2.

Tabela 2 - Distribuição do número de referências das dimensões

Dimensões	Número
Empoderamento	139
Qualidade de vida	129
Escolaridade	126
Trabalho/economia	60

Fonte:Elaboração própria autora partir da utilização do *software* NVivo

Os relatos extraídos das entrevistas e grupo focal apresentaram 139 (cento e trinta e nove) referências que estão ligadas à dimensão Empoderamento, 129 (cento e vinte e nove) referências relacionadas à dimensão Qualidade de vida, 126 (cento e vinte e seis) relacionadas a Escolaridade e 60 (sessenta) relacionadas a dimensão trabalho/economia. A ordem da distribuição foi organizada tomando como base a dimensão com mais ocorrência seguida as dimensões com menos ocorrência

Outro recurso do *software* NVivo é a “nuvem de palavra”, que é uma imagem que demonstra um agrupamento de palavras que são faladas durante as entrevistas e o grupo focal. Quanto maior o tamanho da palavra, mais vezes ela apareceu nas falas. Nesse sentido, a conexão entre elas é determinada pela proximidade que alguns termos têm uns dos outros, ou seja, representa uma maior frequência e associação.

Optou-se por utilizar esse tipo de técnica para facilitar a visualização da distribuição dos dados coletados somente nas falas das mulheres e agregá-las de acordo com a sua frequência. A imagem ilustra as palavras mais frequentes nas falas e seu grau de associação, que são evidenciados pela proximidade entre as palavras.

(categorias), para cada dimensão realizou-se 2 (duas) combinações, conforme demonstra o quadro 11:

Quadro 11 – Combinação de palavras

Dimensão	Combinação de palavras	Comentário
Trabalho/ Economia	“curso” + “direito” + “trabalho” = autonomia profissional	Observou-se nos relatos que a maioria das participantes trabalham, independente da influencia ou não projeto nessa área. Para elas o trabalho traz autonomia e independência.
	“programa” + “influenciou” + “economia” = Planejamento domestico	Essa combinação é resultado de um dos objetivos específicos dessa pesquisa e demonstra que na percepção das participantes o projeto teve influencia para controle de gastos.
Empoderamento	“UNIMULHER” + “benefícios” + “empoderamento = Processo de empoderamento	A dimensão empoderamento foi a dimensão com mais ocorrência nesse estudo, conforme tabela 2 nesse sentido há evidências de que o projeto, na percepção das participantes, favoreceu para o processo de empoderamento delas.
	“mulher” + “programa” + “empoderada” = sentimento	Essa combinação permite observar que as participantes se denominam e se sentem empoderadas.
Educação	“programa” + “fazer” + “graduação” = Aumento da escolaridade	O aumento da escolaridade é um desejo ou objetivo comum entre as participantes dessa pesquisa. Há indícios de que o projeto teve influencia direta nessa vontade de aumentar o nível de instrução.
	“curso” + “estudar” + “conhecimento” = desenvolvimento pessoal	Essa combinação demonstra que o curso levou para as participantes conhecimentos e saberes que permitiram e favoreceram para o desenvolvimento pessoal delas.
Qualidade de vida	“Mulher” + “curso” + “qualidade” = auto valorização	Essa combinação remete à evidências de que o projeto permitiu para as participantes um processo de autoconhecimento e também a construção de uma autoimagem positiva.
	“projeto” + “influenciou” + “autoestima” = autoavaliação	Essa aglutinação revela que na percepção das participantes o projeto favoreceu para que elas fizessem uma avaliação subjetiva e positiva sobre de si mesmas.

Fonte: Autora, 2019.

Vale destacar que essas combinações tratam-se apenas de uma análise sintética e não profunda, mas que permitem observar que a nuvem de palavras revela que o projeto apresentou, de forma geral, resultado favorável, na percepção das participantes, das dimensões propostas, com exceção da dimensão trabalho/economia.

A contextura dessas palavras pode ser associada às outras sentenças dos relatos, formando uma “árvore de palavras”, onde sua estrutura está vinculada à derivação de uma palavra-chave que o pesquisador optou a partir com base nos parâmetros e interesse da pesquisa. Nesse sentido, a “árvore de palavras” se

compõem por elementos (raiz/nós) que são associados a outros elementos (folhas/filhos). A imagem 9 demonstra essa correlação entre a palavra “mulher” e destaca aquelas palavras que servem de parâmetro na estruturação do conteúdo.

Figura 9 – Árvore das palavras mais frequentes encontradas nas entrevistas



Fonte:Elaboração da própria autora a partir da utilização do *software* NVivo

A “árvore de palavras” apresenta como referência central: a palavra “mulher”, a qual tem mais ocorrência e está totalmente relacionada ao tema da pesquisa. Na palavra “mulher”, a significação social que as dimensões assumem em seu cotidiano é representada nas seguintes falas: “uma mulher empoderada”, “tenho autoestima elevada” “trabalho pra me sustentar” “fazer faculdade e crescer, “esse curso foi muito bom”, etc.Esses relatos estão diretamente relacionados com as dimensões trabalho/economia, empoderamento, educação e qualidade de vida e revela mas percepções das participantes em relação ao curso e a singularidade de ser mulher. Cabe enfatizar que as entrevistas e o grupo focal não foram editados e que apareceram outras referências a palavra mulher, entretanto o software não utilizou aqui por ter sido pronunciada de outra forma.

Observa-se na árvore de palavras que há grande incidência de ocorrência das palavras “empoderada” e “empoderamento” que são ligadas a dimensão Empoderamento, percebe-se que esse fato corrobora os dados apresentados na distribuição do número de referências das dimensões apresentada (tabela 2), e com a nuvem de palavras (imagem 9), o que nos permite confirmar a dimensão empoderamento foi a que teve mais influencia na vida das participantes. Cabe ressaltar que as outras dimensões também tiveram influencia.

A partir de agora será apresentada a análise detalhada de cada dimensão proposta neste estudo.

4.3 DIMENSÃO TRABALHO/ECONOMIA

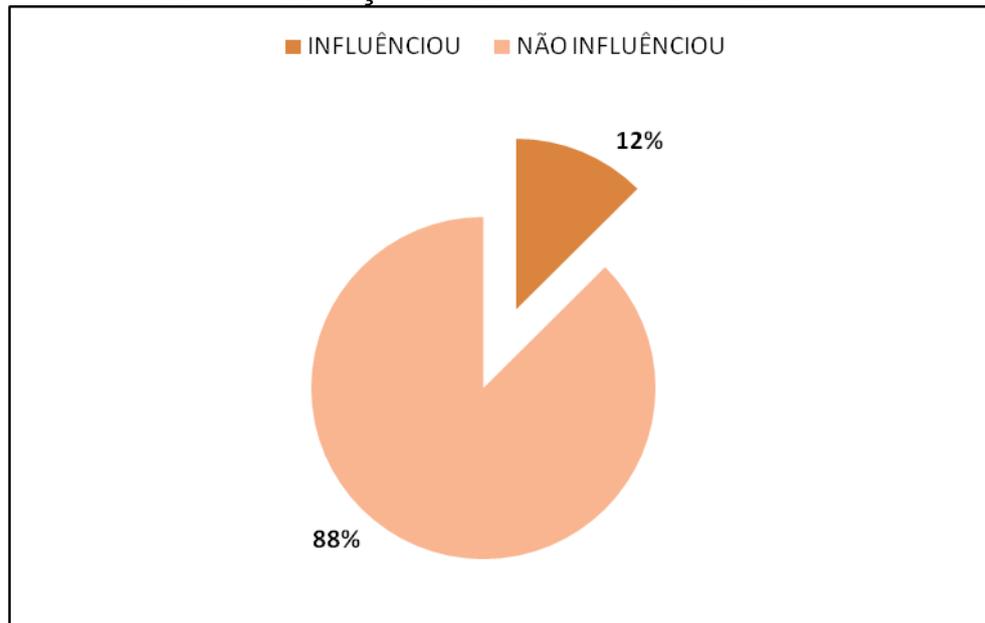
O projeto apresenta em sua grade as disciplinas de empreendedorismo, educação financeira e informática. Diante disso, um dos objetivos dessa pesquisa foi estudar a influência do UNIMMUHER em relação a inserção no mercado de trabalho, autonomia profissional e controle financeiro.

4.3.1 Mercado de trabalho

Um dos objetivos deste estudo foi estudar a percepção das alunas e ex alunas sobre a influência do projeto de extensão UNIMULHER em relação a inserção no mercado de trabalho. Nesse sentido, para melhor exposição dos resultados quanto a influencia ou não do curso, optou-se por demonstrar através de gráfico os resultados referentes ao percentual de influência (gráfico 5).

Nesse sentido, a partir da transcrição das falas das entrevistas e do grupo focal, através das respostas “sim”, “com certeza” “influenciou” “beneficiou” e “não”, pode-se montar os gráficos.

O gráfico 5 demonstra que 88% das entrevistadas afirmam que o curso não teve influência nessa área, enquanto 12% afirmam que o curso influenciou sim nessa área em suas vidas.

Gráfico 5 - Inserção no mercado de trabalho

Fonte: Autora, 2019.

O gráfico retrata que na percepção das participantes o fato delas terem ou não ingressado no mercado de trabalho não teve influencia direta do curso, alguns relatos, ainda, retratam o anseio de algumas mulheres em trabalhar junto aos órgãos de proteção a mulher e às delegacias femininas, porém esse espaço não lhe foi aberto, conforme extratos a seguir:

(...) em relação ao mercado de trabalho para mim foi um pouco frustrante.
(P1A12)
(...) o meu objetivo também era trabalhar na área, mas só que eu não consegui, eu fui atrás busquei, mas não consegui (P1A15)
Não influenciou nessa área (...) (P2B12)
Estou trabalhando, mas o UNIMULHER não teve influência pra eu consegui esse emprego (P2A12)

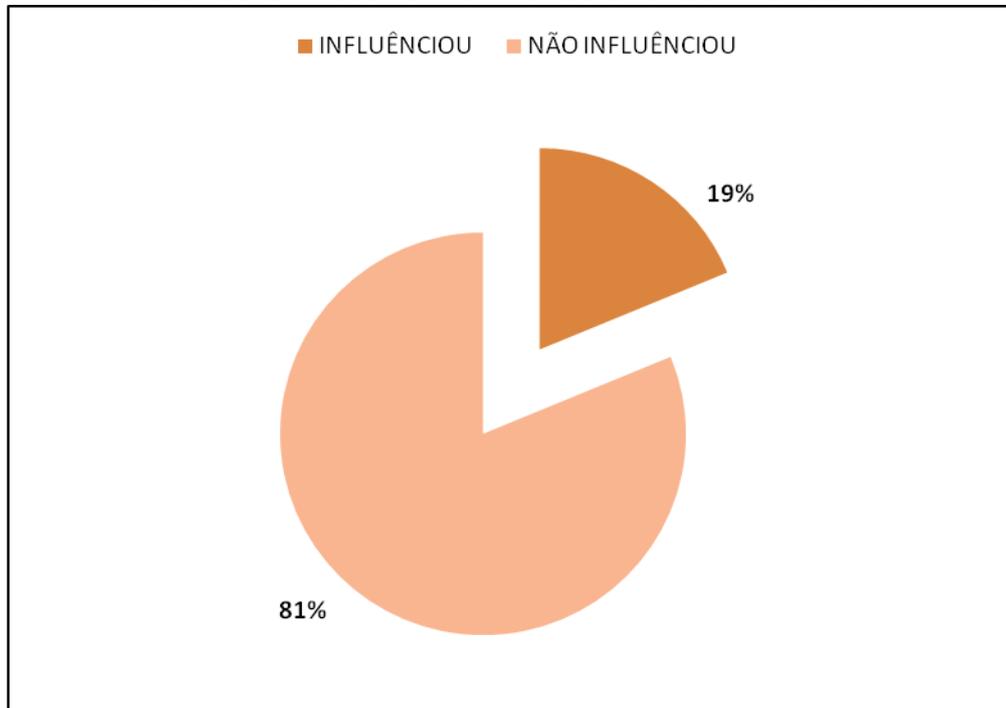
Nesse sentido percebe-se que na percepção das participantes o curso UNIMULHER aparenta ter pouca significância para a inserção no mercado de trabalho.

4.3.2 Autonomia profissional ou financeira

Aqui buscou-se pesquisar a percepção das participantes em relação a influencia do curso em relação a autonomia profissional e financeira. Apesar de a maioria das participantes afirmarem que antes do curso não trabalhavam e eram

restritas aos afazeres domésticos, o gráfico 6 mostra que 81% das entrevistadas o curso não aparenta ter influenciado para sua autonomia profissional e financeira.

Gráfico 6 - Autonomia Profissional ou financeira



Fonte: Autora, 2019.

O gráfico retrata que na percepção das participantes o fato delas terem conquistado a independência financeira e/ou autonomia profissional não parece ter influenciado diretamente do projeto. Os extratos a seguir confirmam os dados apresentados no gráfico 6.

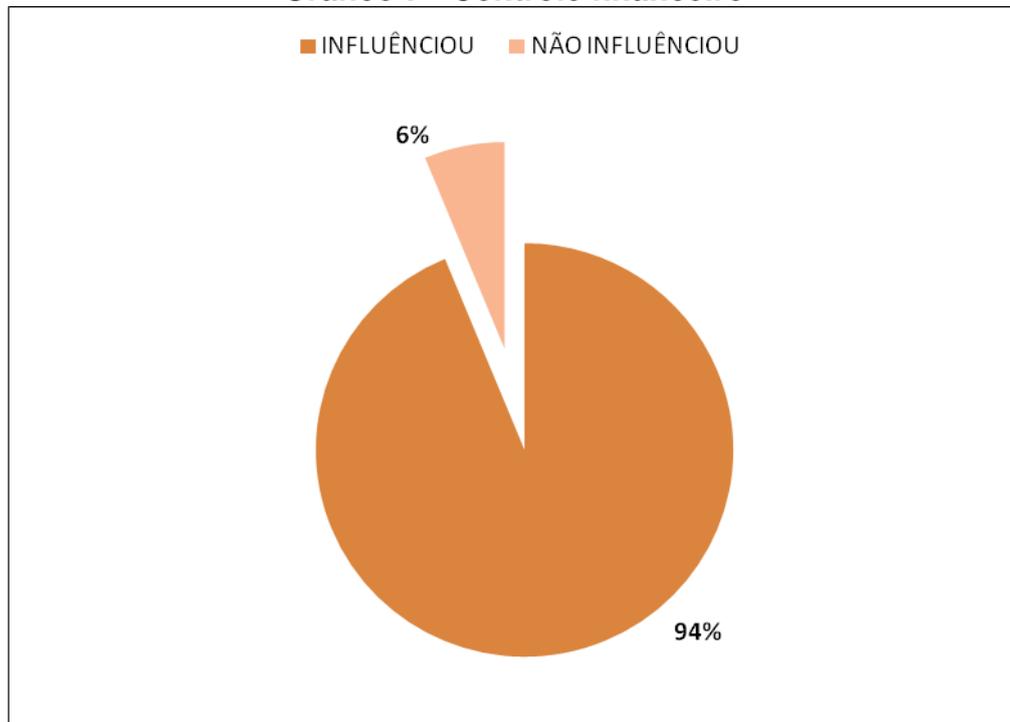
- (...) olha, não influenciou viu (...) antes eu vivia pro meu marido (...) hoje eu trabalho e me sinto independente (P2B13)
- (...) hoje eu compro minha roupa, vou ao shopping, como o que eu quero, pois tenho meu dinheirinho (...) trabalho com revenda de cosmético (P2B15)
- (...) pra ser sincera, o curso não me ajudou não (P1B15)

Apesar de o projeto UNIMULHER disponibilizar em sua grade curricular a disciplina de empreendedorismo com o objetivo de estimular suas alunas terem seu próprio negócio, há evidências de que o curso teve pouca relevância para a conquista da autonomia profissional ou financeira das participantes.

4.3.3 Controle financeiro

Buscou-se neste estudo, também, pesquisar a percepção das alunas e ex alunas quanto a influência do curso em relação a melhor administração dos recursos econômicos e controle de gastos. Ao analisar o conteúdo das respostas obtidas, verificou-se que 94% das entrevistadas afirmaram que o curso influenciou e ajudou para melhor controlar seus gastos, conforme mostra o gráfico 7.

Gráfico 7 - Controle financeiro



Fonte: Autora, 2019.

O gráfico revela que na percepção das participantes o curso parece ter notória significância para o controle dos gastos e economia doméstica, conforme conteúdo dos extratos a seguir.

Sim, contribui muito e contribui até hoje, com certeza, hoje sei que tudo tem que ir para ponta do lápis. (P1A12)
 (...) tivemos uma disciplina que trabalhava essa questão de economia, foi muito bem passada pelo professor maravilhoso, e que nos ensinou fazer a economia doméstica, eu não tinha noção, gastava mais do que eu ganhava (P1A15)
 Sim, com certeza, me ajudou muito (P2B13)

Observa-se a partir dos dados coletados e do gráfico 7 que o curso aparenta ter influência para que as participantes pudessem melhor controlar seus

recursos e seus gastos, em especial no que diz respeito planejamento financeiro, anotação das despesas e administração do dinheiro.

De modo geral, com base nos dados obtidos, com exceção do controle financeiro, a dimensão trabalho/economia não teve muita significância para as participantes. Tal resultado pode ser conseqüência da ausência de cursos que proporcionem capacitação profissional e também ao fato de não haver por parte da Universidade procedimentos para encaminhamento de estagio das mulheres formadas para as instituições de apoio a mulher, uma vez que o projeto pedagógico do projeto apresenta os seguintes objetivos: 1) preparar recursos humanos específicos para atuarem em Políticas Públicas para as mulheres na rede de atendimento a mulher municipal e Estadual 2) executar o processo de capacitação e treinamento de profissionais atuantes na rede de atendimento à mulher.

4.4 DIMENSÃO EMPODERAMENTO

O UNIMULHER apresenta em sua grade as disciplinas de Equidade e gênero, História da Mulher, Direito da Mulher e Ciências Sociais e políticas Públicas direcionadas à mulher, disciplinas que abordam conhecimentos essenciais para o processo de empoderamento feminino. Nesse sentido, esse projeto buscou pesquisar a percepção e o sentimento das alunas e ex alunas em relação a empoderamento, para isso foi realizado questionamentos como, se elas sentiam-se empoderadas e caso se sentissem, o curso teria influenciado para o seu empoderamento. Além disso, foi colocado como um indicador de empoderamento o poder de decisão.

Ao analisar o conteúdo das entrevistas e do grupo focal observou-se uma percepção comum entre todas as participantes se sentirem empoderadas e afirmam que o curso influenciou para isso, conforme revela os extratos a seguir:

Eu sempre fui empoderada e o curso so evoluiu mais o meu empoderamento e o meu conhecimento (...) (P1A15)

Sim, hoje eu me sinto né porque hoje eu tenho a minha independência, eu saio para onde eu quero, eu faço o que eu quero, eu não tenho ninguém me controlando, ninguém dizendo que eu devo fazer o que eu não devo, eu compro minhas coisas, eu uso o que eu quero, porque antes eu não podia usar um batom, eu não podia usar uma calça, A minha roupa era controlada pelo meu marido (...) quando eu entrei no UNIMULHER muitas coisas mudaram na minha e hoje eu me sinto empoderada (P2B13)

Sim, eu mudei muito (...) hoje eu não tenho ninguém que diga faz isso ou faz aquilo, eu faço, eu quero, eu posso e eu vou. (P2B12)

Eu eu não sabia o que era empoderamento, eu nunca tinha escutado essa palavra, eu vim saber depois que eu vim pra cá pro UNIMULHER, eu me sentia muito pra baixo (...) hoje eu consigo me ver uma mulher totalmente empoderada, eu faço o que eu quero, vou pra onde quero, o que eu gosto. (P9)

eu não me sentia essa mulher empoderada, eu não me achava, eu venho de uma vida de muito sofrimento (...) no UNIMULHER a gente nasceu de novo. (P4)

(...) é porque eu já te falei, eu já tinha me lançado a candidata a vereadora, então assim antes do curso eu já era empoderada, através do curso eu fiquei muito mais. (P2A17)

Observa-se nos relatos das entrevistas individuais e do grupo focal que a percepção das alunas e ex alunas do UNIMULHER é positiva no que diz respeito a empoderamento feminino. Sabe-se o empoderamento remete a uma atitude positiva e de autoencorajamento que em algumas vezes pode ser o poder sobre si mesma.

À luz de Cruz (2018) o processo de empoderamento das mulheres precisa manifestar uma nova concepção que permita a construção da tomada de decisões e de responsabilidades. Nesse sentido, para melhor detalhar esta dimensão, buscou-se estudar a percepção das participantes em relação ao poder de decisão, os extratos a seguir revelam essa percepção.

(...) sim, com certeza, sem dúvida, hoje tenho esse poder, mas antes não tinha. (P1B13)

(...)sim, com certeza, hoje eu saio para onde eu quero eu faço que eu quero falo com quem eu quero se eu quiser ir numa festa, se eu quiser comer alguma coisa antes eu não podia. (P1A13)

(...)sim sinto (...) hoje sou livre pra fazer minhas coisas (P1A17)

(...) com certeza, não só sobre a minha vida, sobre a vida de outras pessoas, hoje eu tenho a clareza do conhecimento jurídico né e do meu direito e o que é o direito do outro (...) (P1A15)

Observa-se que algumas participantes afirmam que não tinham liberdade para tomar decisão pessoal, esse fato corrobora com a idéia de Costa (2006) que apesar das mudanças ocorridas, ainda existe, muitas mulheres que não podem tomar decisões sobre suas próprias vidas. (COSTA, 2006).

Nesse sentido, os dados apontam que o projeto foi importante no processo de empoderamento das participantes, apesar de algumas afirmarem já se

sentirem empoderadas bem antes do curso mesmo não sabendo o conceito e o significado de empoderamento, mas destacam que o programa proporcionou esse conhecimento, assim favorecendo para o processo de empoderamento. Por outro lado outras relataram que não eram empoderadas, mas que o curso influenciou para esse processo. Nota-se que o poder de decisão está totalmente interligado com o processo de empoderamento, ao se sentirem empoderadas também sentiam maior liberdade para tomar suas decisões.

Conclui-se que o UNIMULHER esse resultado está relacionado às disciplinas ministradas com essa proposta de promover o conhecimento sobre os direitos da mulher, ao incentivo dos professores ao incentivarem transmitir o empoderamento e também das próprias colegas as quais cria-se um vínculo de amizade, afeto, companheirismo e ajuda.

4.5 DIMENSÃO ESCOLARIDADE

Essa dimensão permitiu pesquisar se houve influência do curso para o aumento no nível de instrução das participantes, para isso buscou-se investigar dois fatores: 1) o grau de escolaridade antes de participarem do curso e após o curso 2) a percepção das participantes em relação ao estímulo proporcionado pelo curso que resulta na vontade e o desejo em avançar no grau de instrução. O colhimento dos dados referente a comparação do grau de instrução utilizou-se apenas as entrevistas, pois o objetivo era comparar antes e após o curso, o que não seria possível com grupo focal, pois as alunas ainda não concluíram. O quadro a seguir demonstra o grau de instrução das ex alunas antes e após o curso.

Quadro 12 – Comparação do grau de escolaridade das ex alunas

(continua)

Entrevistada	Antes do curso	Após o curso
P1A12	nível médio	nível médio
P2A12	nível médio	concluindo a graduação
P1B12	nível médio	nível superior
P2B12	nível médio	nível médio
P1A13	nível médio	concluindo a graduação
P2A13	nível médio	nível médio

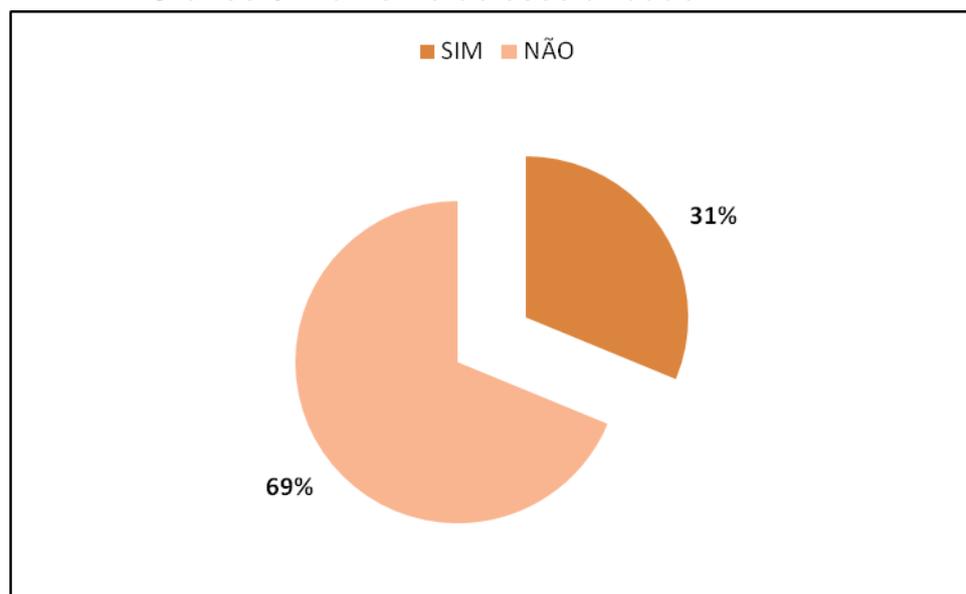
Quadro 12 – Comparação do grau de escolaridade das ex alunas

(conclusão)

Entrevistada	Antes do curso	Após o curso
P1B13	nível médio	nível médio
P2B13	nível médio	nível superior
P1A15	graduação	pós graduação
P2A15	nível médio	concluindo a graduação
P1B15	nível médio	concluindo a graduação
P2B15	nível médio	nível médio
P1A17	nível superior	nível superior
P2A17	nível médio	nível médio
P1B17	nível superior	pós graduação
P2B17	nível médio	nível médio

Fonte: Autora, 2019.

Nesse sentido, buscou-se analisar qual a influência do UNIMULHER para aumento no nível de escolaridade. Para melhor demonstrar o resultado dos dados coletados na entrevistas criou-se o gráfico 8, o qual revela que 31% das entrevistadas conseguiram, após o curso, aumentar seu grau de escolaridade. Para a criação do gráfico utilizou-se apenas as entrevistadas que concluíram outro grau de escolaridade, não foi levado em consideração as entrevistas que ainda estão cursando nível superior.

Gráfico 8- Aumento de escolaridade

Fonte: Autora, 2019.

Percebe-se que na percepção das entrevistadas que conseguiram avançar nos estudos, representadas no gráfico 8 em 31%, o projeto parece ter influenciado nesse segmento, conforme extrato a seguir:

(...) eu já tava fazendo o curso superior né, tava fazendo curso de serviço social lá na FAMA e após projeto eu também cresci, pois o projeto influenciou também para o grau de expectativa hoje eu faço uma outra área, eu faço o curso de teologia e pós-graduação (P1A15)

(...) hoje sou pós-graduada em docência do ensino superior (...) eu tive muito estímulo de crescer a partir do programa (P1B17)

Por outro lado, as entrevistadas que ainda não conseguiram avançar nos estudos, representadas no gráfico 9 em 69%, afirmam que tem o desejo de aumentar o grau de escolaridade. Cabe salientar que nesse grupo encontram-se as entrevistadas que avançaram nos estudos, porém ainda não conseguiram concluir. Também foram analisados aqui os dados referentes ao grupo focal, uma vez que nessa parte busca-se investigar o sentimento de mudança das participantes. Nesse sentido, observa-se que há evidências de que o curso teve significância influencia para isso, conforme revelam os extratos a seguir:

(...) No último dia de aula do UNIMULHER, eu sai, eu falei que eu vou voltar eu vou fazer Enem, vou passar e vou fazer o curso que eu quero (...) e hoje estou graduando e eu quero fazer uma pós graduação se Deus quiser (P1A13)

Eu vou fazer uma faculdade é um sonho. Quando eu vim pro UNIMULHER esse sonho começou a reviver dentro de mim, O UNIMULHER nós mostrou que nos somos capazes e ela esta nós capacitando (P4)

Eu quero fazer uma faculdade e eu pensava que o UNIMULHER era uma faculdade, mas é muito bom também, não deixa de ser um conhecimento muito valioso (P10)

(...) a partir desse curso aumentou meu desejo de fazer uma faculdade e o UNIMULHER veio pra despertar isso (P11)

Posto isto, conclui-se que nessa dimensão o projeto aparenta ter importância na vida das participantes, apesar do percentual de mulheres que conseguiram avanços não ser tão expressivo. Tal importância é causada pelo fato de o curso proporcionar essa mudança pessoal e estimular o sentimento de capacidade das alunas. O fato de 69% das entrevistadas não conseguirem avanços pode ser motivado devido às mesmas estarem um longo período de tempo sem ler e

estudar, isso lhes causa desvantagem ao concorrerem uma vaga, através do ENEM, em uma Universidade Pública.

4.6 DIMENSÃO QUALIDADE DE VIDA

Buscou-se com essa dimensão analisar a influência do projeto para o aumento da qualidade de vida das alunas e ex alunas do projeto UNIMULHER. Nesse sentido observou-se esta categoria sob os seguintes aspectos: auto-estima e perspectiva de vida.

4.6.1 Autoestima

A auto estima é um sentimento muito importante a se pesquisar no que diz respeito a política publica de gênero. Landerdahl et al. (2013) ao avaliarem uma política pública cujo objetivo é erradicar a desigualdades de gênero descobrem resultados positivos: “as marcas deixadas dizem respeito a algumas transformações na sua vida e saúde, oriundas da elevação da autoestima, da valorização e percepção de si como ser humano que tem direitos e que pode enfrentar o instituído” (LANDERDAHL et al., 2013, p. 311).

Nesse sentido, foi observado nesta pesquisa a percepção das participantes sobre a influência do UNIMULHER para elevação da autoestima como forma de melhorar a qualidade de vida das entrevistadas, sobre este aspecto, vale resgatar os seguintes relatos que se vinculam ao objeto de análise da pesquisa:

(...) o UNIMULHER me ajudou muito recuperar minha autoestima, pois eu sofri muito com meu ex marido e até hoje tem um reflexo dessa vida de violência emocional (P1A12)

(...) com certeza, depois do UNIMULHER eu aprendi a me amar e sou outra pessoa, minha auto estima é mil. (P2B12)

(...) sim, eu não me sentia muito bem antes, era bem mais tímida e o próprio curso mudou isso (P1B12)

(...) muito, se antes eu já tinha depois do programa muito melhor, porque as professoras ensinam para gente que não é porque você é dona de casa, que você não tem emprego que você não vai se sentir não vai se vestir bem não vai se arrumar e não vai deixar de se amar(P2A13)

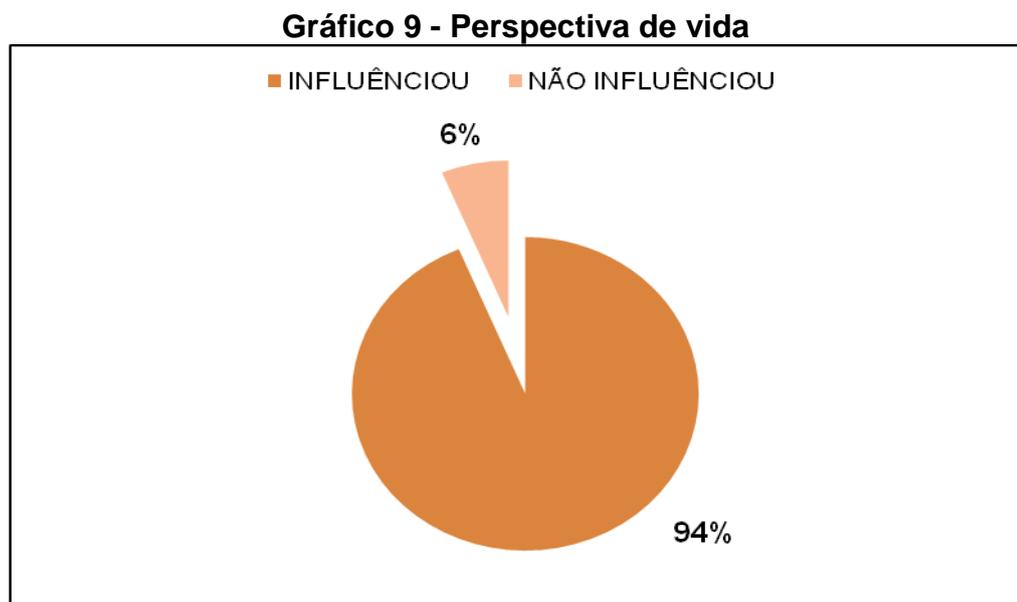
Autoestima pode ser o valor que atribuímos a nós mesmos e nossa capacidade de nos amar, são fatores principais para o aumento da autoestima: autorespeito, autoaceitação e autoconhecimento.

Nesse sentido, há evidências de que o projeto parece ter relevância para o aumento da auto-estima, na percepção das participantes, pois observa-se que o curso favoreceu para que cada participante pudesse se autodescobrir e se autoaceitar. Vejo que tal fato pode ser consequência das atitudes e posturas dos professores ao influenciarem para o conhecimento de seu próprio eu, o que foi fundamental para que elas passassem ter ciência de seus pontos positivos e a valorizar as virtudes encontradas. Esse resultado concorda com a afirmação dos autores Landerdahl et al. (2013) ao destacarem que uma política pública cujo objetivo é a minimização da desigualdade de gênero transmite transformações na vida e saúde das pessoas, oriundas da elevação da autoestima, da valorização e percepção de si como ser humano que tem direitos e que pode enfrentar o mundo.

4.6.2 Perspectiva de vida

Buscou-se aqui confirmar se o UNIMULHER teve percepções positivas ou negativas por parte das entrevistadas sobre o seu olhar para o futuro e planejamento de vida. Para isso foi feita a seguinte pergunta para a entrevistada: Você acha que o projeto auxiliou para sua perspectiva de vida?

Observa-se que no gráfico 94% das entrevistadas afirmam que o projeto influenciou positivamente para sua perspectiva de vida.



Fonte: Autora, 2019.

Percebe-se que na percepção das participantes que conseguiram aumentar sua perspectiva de vida, representadas no gráfico 9 em 94%, o projeto parece ter influenciado diretamente nesse segmento. Nesse sentido, vale demonstrar os relatos que vinculam ao objetivo desta dimensão:

O UNIMULHER nós mostrou que nos somos capazes e ela esta nos capacitando e eu to assim com uma nova perspectiva de vida (P4)

Sim, com certeza, hoje eu tenho planos e objetivo de vida (P2B17)

O UNIMULHER, me ajudou muito, hoje faço planos, voltei a sonhar e a acreditar em mim (P2B13)

A expressão expectativa de vida pode estar relacionada com as metas e objetivos que uma pessoa tem para a sua vida no futuro. Nesse sentido, observa-se que na percepção das alunas e egressas do curso há indícios de que o projeto teve influencia significativa e favoreceu para que as mesmas pudessem buscar ter mais perspectiva de vida. Esse resultado pode ser fruto da coordenação do projeto ao oferecer apoio psicológico às alunas e também da postura e empenho dos professores em mostrar para as alunas sua capacidade de conquistar seus objetivos. Observa-se que a perspectiva de vida surge a partir do momento que elas percebem sua importância e reconhecem sua força e capacidade para concretizar seus planos e suas metas de vida.

Segundo a tabela 2, a qual revela a distribuição do número de referências das dimensões, a dimensão qualidade de vida, foi a segunda mais freqüente nesta pesquisa, essa ocorrência corrobora com os percentuais apresentados no gráfico 9. Isso demonstra que tal dimensão foi muito bem aceita pelas participantes e representa a importância do curso na mudança de vida das participantes.

À luz de Hofling (2001) ao destacar que políticas publicas tem o objetivo de promover o desenvolvimento social, conclui-se, das análises desta pesquisa que, de maneira geral, o projeto Universidade da Mulher – UNIMULHER contribuiu significativamente para a vida das mulheres que participaram dele, principalmente no que se refere aos conhecimentos sobre os direitos básicos do cidadão, processo de empoderamento, elevação da autoestima, ampliação dos conhecimentos sobre violência contra mulher e os mecanismos de combatê-la.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se propõe a procura e reflexão sobre algo, têm-se o objetivo de encontrar respostas para responder às questões desse fato, incitando assim, o cogitar e agir sobre uma dada realidade. E foi nessa perspectiva que surgiu o interesse de investigar sobre o Projeto de Extensão Universidade da Mulher (UNIMULHER), com o intuito de conhecer, analisar e compreender os aspectos dessa política e sua influencia na vida das alunas e ex alunas do curso.

Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo geral pesquisar a percepção das alunas e egressas, a cerca dos efeitos sobre empoderamento, trabalho, educação e qualidade de vida, do projeto de extensão Universidade da Mulher (UNIMULHER), implementando na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) no período de 2012 a 2019.

Como estratégica metodológica, buscou-se além das entrevistas com a egressas, a realização de um grupo focal com as alunas da turma vigente. Como técnica de análise utilizou-se a análise de conteúdo, fazendo uso do *software* NVivo como forma de complementar a investigação.

Em todo o processo de análise buscou-se saber: qual a percepção das alunas e ex-alunas nas dimensões: Trabalho, Educação, Empoderamento e qualidade de vida.

Em relação às categorias pesquisadas foi possível afirmar que a participação no Projeto, na percepção das participantes, influenciou de forma positiva na vida das alunas e ex alunas, principalmente em relação a empoderamento e qualidade de vida.

Os dados da pesquisa corroboram para uma percepção positiva em determinados aspectos categorizados, apesar de cada mulher reagir diferente quando submetida à entrevista e grupo focal.

O projeto UNIMULHER, enquanto política pública influenciou positivamente na vida das alunas e ex alunas, principalmente nas dimensões Empoderamento, educação e qualidade de vida. Além disso, constatou-se que o curso conseguiu despertar uma visão crítica nas perspectivas pessoais e sociais nas participantes desta pesquisa, assim resultando um efeito positivo como política de inclusão social e equidade.

A dimensão trabalho/economia foi a que teve menos ocorrência na pesquisa, há indícios que esse fato está associado a não influência do curso para a inserção no mercado de trabalho, gerando frustração e desânimo entre as participantes. Por outro lado, no que se refere à economia doméstica, na percepção delas, o curso favoreceu para melhor controle e planejamento dos seus gastos. Esse ponto positivo pode ser decorrente da disciplina educação financeira oferecida pelo projeto, pois foi comentada por algumas participantes.

Na dimensão Educação, observou-se que apenas 31% das ex alunas conseguiram mudar seu nível de escolaridade. Porém, há satisfação das participantes em relação ao curso no que se refere a educação. Percebe-se que esse contentamento está ligado ao estímulo transmitido pelos professores em mostrar que elas são capazes de estudar e aumentarem seu grau de escolaridade.

A dimensão Empoderamento foi a que teve mais ocorrência na pesquisa, isso se deve ao fato de o projeto contribuir significativamente para o processo de empoderamento das participantes e para seu desenvolvimento pessoal. Conforme resultado desse estudo, as mulheres participantes da pesquisa conseguiram melhorar a sua satisfação com a vida e alcançar liberdade para tomar decisão sobre situações pessoais de seu dia-a-dia. Cabe ressaltar que o fato das participantes se sentirem empoderadas, também, está vinculado ao conhecimento adquirido no curso sobre os direitos da mulher, equidade de gênero e políticas públicas direcionadas à mulher.

A dimensão Qualidade de vida foi a segunda com mais ocorrência no estudo e teve uma influência positiva na percepção das participantes. Os relatos resultantes das entrevistas e do grupo focal confirmam que o curso foi importante para que elas aprendessem se autovalorizarem e se autoaceitem. Nesse aspecto, cabe ressaltar, o sentimento de autoestima elevado das participantes que, segundo elas, é fruto do projeto.

Vale ressaltar a importância do UNIMULHER na vida de mulheres que vivem em situação de risco e violência doméstica. Apesar de esse não ser o objeto da pesquisa, este estudo observou um número significativo de mulheres que sofriam variados tipos de violência pelos seus companheiros, e encontraram no curso força e apoio das colegas e dos professores para enfrentarem o problema. Além disso, algumas participantes enfatizaram a importância do projeto ao proporcionar conhecimentos sobre os diversos tipos de violência contra a mulher.

Outro ponto observado na pesquisa é o fato das alunas sentirem o dever e a sensibilidade de ajudar e repassar os conhecimentos obtidos no curso para outras mulheres em situação de risco, além dos muros da universidade. Esse papel multiplicador que o projeto estimula e desperta em suas alunas tem um importante impacto social.

Nesse sentido, tendo em vista os problemas observados nas dimensões, cabe recomendar à UNIFAP, à PROEAC e ao UNIMULHER: 1) O desenvolvimento de ações e cursos de capacitação para a inserção e permanência das mulheres no mercado de trabalho e, especialmente, ações e articulações que possibilitem a inserção das formadas nos órgãos de apoio a mulher 2) A realização de ações que possibilitem essas mulheres cursarem um curso superior, como a criação de um plano de continuidade após a conclusão do curso com o objetivo de aumento do nível é um ponto negativo, pois acaba tornando-se uma forma de exclusão das mulheres que não tiveram oportunidade de estudo e que necessitam participar do curso. Nesse sentido, recomenda-se a reconsideração desse critério de avaliação 4) Oferta de vagas específicas para mulheres vítimas de escarpelamento, pois esse acidente é muito comum no estado do Amapá, e para mulheres negras 5) Articulação política, que promova a expansão do projeto para os outros municípios do estado, onde a UNIFAP tem estrutura física 6) Maior divulgação do curso.

Acredita-se que esta pesquisa irá contribuir de maneira significativa, pois além de fornecer subsídios para a melhoria do programa e contribuir com os processos de tomada de decisão, contribui com a teoria de forma a subsidiar pesquisa científica em relação às políticas públicas voltadas para as mulheres e sobre empoderamento feminino no estado do Amapá e amplia o conhecimento sobre a influencia do projeto UNIMULHER na vidas das alunas.

Cabe ressaltar que a realização desta pesquisa não esgota o tema e suas outras dimensões, sendo passíveis de novas pesquisas, sugere-se como estudo futuro uma abordagem quantitativa e qualitativa com grupos de mulheres mais amplos e estratificados, a fim de explorar temas como: o empoderamento feminino, violência domestica e o papel multiplicador das alunas do UNIMULHER.

REFERENCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. 13. ed. Brasília: Liber Livros, 2008.

ANTUNES, Marta. O caminho do empoderamento: articulando as noções de desenvolvimento, pobreza e empoderamento. In: ROMANO, Jorge; ANTUNES, Marta. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

ARAGÃO, Milena; KREUTZ, Lúcio. Do ambiente doméstico às salas de aula: novos espaços, velhas representações. **Conjectura**, Caxias do Sul, v.15, n.3, p.12-15, 2010.

BANDEIRA, Lourdes. **Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas**. Brasília: CEPAL/SPM, 2005.

BAQUERO, Rute Vivian Ângelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? Uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, abr. 2012.

BAQUERO, M. **Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2001.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

_____. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BATLIWALA, S. The meaning of women's empowerment: new concepts from action. In: SEN, G. A; GERMAIN; CHEN, L.C. **Population policies reconsidered: health, empowerment and rights**. Boston: Harvard University Press, 1994.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M.W; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem, e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2015.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BELTRÃO, Kaizôlwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do Hiato de Gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 125-156, jan./abr. 2009.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí: Ed.UNIJUI, 2006.

BRANT, Danielle. **Brasil cai para 95º em ranking de desigualdade de gênero do Fórum Econômico Mundial**. São Paulo:[s.n], 2018. Disponível em: <[https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/12/brasil-cai-para-95o-em-lista-de-](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/12/brasil-cai-para-95o-em-lista-de)

desigualdade-de-genero-do-forum-economico-mundial.shtml>. Acesso em: 22 dez.2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2018**. Rio de Janeiro:IBGE, 2018. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>>. Acesso em: 01 dez.2018.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 21 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. **Qualificação Social e Profissional: análise de indicadores selecionados do anuário do sistema público de emprego, trabalho e renda**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2015. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2016/NTqualificacaoSocialProjetao.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

_____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as mulheres 2013/2015- SPM**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2015. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

BRÊTAS, J. R. et al. Corpo, gênero e sexualidade: práticas de extensão universitária. **Rev. Ciênc. Ext.**, v.11, n.1, p.100-115, 2015.

BRAUNER, Vera Lucia. Desafios emergentes acerca do empoderamento da mulher através do esporte. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 521-532, abr./jun. 2015. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/48156/34234>>. Acesso em: 15 dez.2018.

CARBONARI, M. E. E; PEREIRA, A. A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade. **Revista de Educação**, v. 10, n.10, p.23-28, 2007.

CAVALCANTI, Vanessa Oliveira de Macêdo;et.al. **A análise de conteúdo com a utilização do software NVIVO: a aplicação no campo da educação profissional**. Salvador:[s.n], 2015.

CONCEIÇÃO, Antônio Carlos Lima da. Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero. **RBSE**, v. 8, n.24, p.738-757, 2009.

COSTA, A. A. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres: núcleo de estudos interdisciplinares sobre a mulher**. Salvador: NEIM/UFBA, 2006.

CRUZ, Maria Helena Santana. Empoderamento das mulheres. **Inc.Soc.**, Brasília, v.11, n.2, p.101-114, jan./jun. 2018.

DELGADO, Maria do Carmo Godinho. **Estrutura de governo e ação política feminista: a experiência do PT na prefeitura de São Paulo**. São Paulo: EdPUC, 2007.

DEL-MASSO, M. C. S; et.al. Extensão Universitária a as Demandas Sociais. **Rev. Ciênc. Ext.**, v.11, n.1, p.2-7, 2015.

DUARTE, M. Y. M. Estudo de caso. In: DUARTE, J; BARROS, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.

EDWARDS, Michael. NGO Performance – What Breeds Success?: New evidence from South Asia. **World Development**, Washington, v. 27, n. 2, p. 361-374, fev. 1999.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Gênero e políticas públicas Gênero e políticas públicas**. Florianópolis:[s.n], 2004.

FERREIRA, Silverli Márcia. **“MULHERES MIL” como política pública de inclusão social: uma análise do empoderamento feminino**. Recife:[s.n], 2016.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FROTA, Maria Helena de Paula; OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Família, gênero e geração: temas transversais**. Fortaleza: EdUECE, 2004.

FROTA, Maria Helena de Paula. O femicídio no Ceará: machismo e impunidade? Uma pesquisa em andamento. **O público e o privado**, v.5, n.8, p.45-48, jul. 2006.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e de grupos. In: BAUER, M.W; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem, e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas da EAESP/FGV**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, 2004.

GOMES, Márcia Cristina. “**Gênero e Educação**: mulheres na docência e ensino superior.” São Paulo: EdPUC, 2013. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/viewFile/2660/2036>>. Acesso em: 10 dez.2018.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia**, v.12, n.24, p.149-161, 2003.

HOFLING, E. M de. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, v.21, n.55, p.12-17, nov.2001.

LAGARDE, Marcela. **Género y feminismo**: desarrollo humano y democracia. Madrid:[s.n], 1996.

LAGE, Maria Campos. Utilização do software NVivo e m pesquisa qualitativa: uma experiência em EaD. **ETD – Educ. Tem. Dig.**, Campinas, v.12, n.4, p.198-226, mar. 2011.

LANDERDAHL, Maria Celeste; et.al. **Processo de Empoderamento feminino mediado pela qualificação para o trabalho na construção civil**. São Paulo:[s.n], 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/df/ean/v17n2/v17n2a15.pdf>>. Acesso em: 25 nov.2018.

LEANDRO, Amaranta Ursula Fiess. **Políticas públicas para mulheres**: implementação e desafios ao enfrentamento da violência no município de São Carlos. São Carlos: UFSCar, 2014.

LEÓN, M. DE. Poder y empoderamiento de las mujeres. **Región y sociedad**, v.11, n.18, p.22-27, jun.1999.

MANZINI, Eduardo José. **Entrevista Semi-Estruturada**: análise de objetivos e de roteiros. Bauru: 2004.

MARSHALL, T.H. **Social Policy in the twentieth Century**. 2.ed. Londres: Hutchinson, 1967.

MENDONÇA, S. G. L.; SILVA, P.S. Extensão Universitária: uma nova relação com a administração pública. In: **Extensão Universitária**: ação comunitária em universidades brasileiras. São Paulo:[s.n], 2002.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social**: teoria método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MONTEIRO, Christiane Schorr. **As conquistas e os paradoxos na trajetória das mulheres na luta por reconhecimento**. São Paulo:[s.n], 2008.

MORGAN, D. L. Doctor: caregiver relationships: an exploration using focus groups. In: CRABTREE, B. F.; MILLER, W. L. **Doing qualitative research**. Newbury Park: Sage, 1992.

NASCIMENTO, Janaína Xavier do. **Políticas públicas e desigualdade de gênero na sociedade brasileira**: considerações sobre os campos do trabalho, da política e da ciência. [S.l.;s.n], 2016.

NASCIMENTO, João. **Ações afirmativas e políticas públicas de inclusão social**. Rio de Janeiro:[s.n], 2010. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/sociologia/acoes-afirmativas-politicas-publicas-inclusao-social.htm>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

OLIVEIRA, Adriana Lucinda de Oliveira. **A trajetória de empoderamento de mulheres na economia solidária**. São Paulo:[s.n],2013. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/revistagenero_teste/article/view/23584/13793>. Acesso em: 10 dez. 2018.

OLIVEIRA, Marcia Adriana Lima de. Separações e Divórcios: elementos que fazem parte da dinâmica familiar ou elementos de “desestruturação” desta? IN: OLIVEIRA, Marcia Adriana Lima de. **Reflexões sobre a Sociologia Aplicada à Educação**, Teresina, v.5, n.6, p. 74-111, 2012.

OLIVEIRA, Adão F. de. Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: OLIVEIRA, A. F. de; PIZZIO, A.; FRANÇA, G. **Fronteiras da Educação**: desigualdades, tecnologias e políticas. Goiânia: EdPUC, 2010.

PETERS, B. G. **American public policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

RAUBER, S.B. **Extensão universitária e formação profissional**: indissociáveis no processo de aprendizagem da Universidade Católica de Brasília. São Paulo:[s.n], 2008. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/792_883.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2018.

REIS, Elisa Pereira. Política e políticas públicas na transição democrática. In: MOURA, Alexandrina de Moura. **O Estado e as políticas públicas na transição democrática**. São Paulo: Vértice, 1989.

RIOS, Roger Raupp; PIOVESAN, Flávia. **A Discriminação por gênero e por orientação sexual**. Brasília: Cadernos do CEJ, 2003.

ROCHA, Denise A.B. F. **Formação e Monitoramento de Juristas leigos**. Salvador:[s.n], 2004. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/10193/1/Dissertacao_Denise%20Rocha.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

ROSA, Renata Adriana. **Impasses e desafios para a implantação de políticas públicas pela igualdade de gênero**: a participação de Belo Horizonte no Programa ‘Localizando os Objetivos do Milênio’. São Luís:[s.n], 2007.

RAUEN, F. J. **Roteiros de investigação científica**. Tubarão: EdUnisul, 2002.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Estudos feministas: um esboço crítico. In: AMARAL, Célia Chaves Gurgel do. **Teoria e práxis dos enfoques de gênero**. Salvador: REDOR, 2004.

SANTOS, J. H. de S. et al. Extensão Universitária e Formação no Ensino Superior. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 7, n. 1, p.23-28, 2016.

SILVA, Tássia Mendes e. **A educação profissional e a política pública mulheres mil**: a implementação no âmbito do IFMA em São Luís São Luís. 2015. 134f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2009.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. Rio de Janeiro: Edição e Realidade, 1995.

SCOTT, J. W. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.1, n. 13, p. 216, jan./abr. 2005.

SIMÕES, Helena Cristina Guimarães Queiroz Simões. **Docência universitária**: concepções de prática pedagógica do professor da educação jurídica. Uberlândia: EdUFU, 2013.

SOARES Vera. A longa Caminhada: a construção de Políticas Públicas para a igualdade entre homens e mulheres. In: BITTAR, J. **Governos Estaduais**: desafios e avanços. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

TRAD, Leny A. Bomfim. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.19, n.3, p.777-796, 2009.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. Petrópolis: Vozes, 2003.

UPHOFF, Norman T. Grassroots organizations and NGOs in Rural Development: Opportunities with diminishing stats and expanding markets. **World Developmend**, Washington D.C, v. 21, n. 4, p. 607-622,1993.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXOS

ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)(Resolução 466/2012 CNS/CONEP)

A Sra está sendo convidada a participar do projeto de pesquisa intitulado “POLITICAS PUBLICAS PARA MULHERES: UM ESTUDO SOBRE OS EFEITOS DO PROJETO UNIVERSIDADE DA MULHER – UNIMULHER ”. O objetivo deste trabalho é analisar a percepção das egressas sobre o programa UNIMULHER dentro das seguintes dimensões: Empoderamento, Trabalho, Educação e Qualidade de Vida. Para realizar o estudo será necessário que a Sra se disponibilize a participar da pesquisa respondendo as perguntas da entrevista. Os riscos da sua participação nesta pesquisa são mínimos. Os dados obtidos serão utilizados somente para esta pesquisa e de forma anônima, garantindo o sigilo das participantes. Em virtude de as informações coletadas serem utilizadas unicamente com fins científicos, sendo garantidos o total sigilo e confidencialidade, através da assinatura deste termo, a Senhora receberá uma cópia.

Se os resultados dessa pesquisa forem publicados, bem como apresentados em eventos e atividades científicas, sempre garantirei o sigilo do seu nome, e também asseguraremos a sua privacidade. A Sra terá o direito e a liberdade de negar-se a participar desta pesquisa total ou parcialmente ou dela retirar-se a qualquer momento, sem que isto lhe traga qualquer prejuízo, de acordo com a Resolução CNS nº466/12 e complementares.

Para qualquer esclarecimento no decorrer da sua participação, estarei disponível através dos telefones: (96) 99193 2585(celular). A senhora também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Amapá Rodovia JK, s/n – Bairro Marco Zero do Equador Macapá/AP, para obter informações sobre esta pesquisa e/ou sobre a sua participação, através dos telefones 4009-2804, 4009- 2805. Desde já agradeço!

Eu _____ declaro que após ter sido esclarecida pela pesquisadora, lido o presente termo, e entendido tudo o que me foi explicado, concordo em participar da Pesquisa intitulada “POLITICAS PUBLICAS PARA MULHERES: UM ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSIDADE DA MULHER – UNIMULHER/UNIFAP”. Assim como autorizo a publicação dos resultados em revistas e/ou eventos científicos sempre garantindo sigilo e anonimato absoluto do meu nome, assegurando minha privacidade.

Macapá, _____ de _____ de 2019.

Assinatura da Pesquisadora
 ISABELLA CRISTINA PAIVA DA SILVA
 Universidade Federal do Amapá
 Contato: (96) 99193 2585
 E-mail: isabellapaivaap@gmail.com

Assinatura da entrevistada

Caso o entrevistado esteja impossibilitado de assinar:

Eu _____, confirmo a leitura do presente termo, na íntegra, para a Sra _____, a qual declarou na minha presença a compreensão plena e aceitação em participar desta pesquisa, o qual utilizou sua impressão digital (abaixo) para confirmar sua participação.



Polegar direito (caso não assine).

Testemunha nº1: _____

Testemunha nº2: _____

ANEXO B - Termo de consentimento gravação, uso de imagem e/ou depoimento

TERMO DE CONSENTIMENTO GRAVAÇÃO, USO DE IMAGEM E/OU DEPOIMENTO

Eu _____, CPF _____, RG _____, Depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora Isabella Cristina Paiva da Silva autora da pesquisa intitulada “POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES: UM ESTUDO SOBRE INFLUÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSIDADE DA MULHER – UNIMULHER/UNIFAP” a gravar áudio da entrevista que faz se necessária para colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização desta entrevista e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto Nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto Nº 5.296/2004).

Macapá, ____ de _____ de 2019

Voluntária da Pesquisa

ANEXO C - Parecer consubstanciado do CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - UNIFAP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES: UM ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSIDADE DA MULHER E UNIMULHER/UNIFAP.

Pesquisador: ISABELLA CRISTINA PAIVA DA SILVA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 07367019.4.0000.0003

Instituição Proponente: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.279.244

Apresentação do Projeto:

Conforme o parecer anterior

Objetivo da Pesquisa:

Conforme o parecer anterior

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Conforme o parecer anterior

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante e exequível

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

De acordo com a resolução 466/2012

Recomendações:

Sem recomendações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Rodovia Juscelino Kubistcheck de Oliveira - Km.02

Bairro: Bairro Universidade **CEP:** 68.902-280

UF: AP **Município:** MACAPA

Telefone: (96)4009-2805 **Fax:** (96)4009-2804 **E-mail:** cep@unifap.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - UNIFAP**



Continuação do Parecer: 3.279.244

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1285563.pdf	23/04/2019 01:10:11		Aceito
Outros	carta_anuencia.pdf	23/04/2019 01:07:56	ISABELLA CRISTINA PAIVA DA SILVA	Aceito
Outros	roteiro.docx	29/01/2019 18:13:48	ISABELLA CRISTINA PAIVA DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_UNIMULHER_definitivo.docx	29/01/2019 18:13:00	ISABELLA CRISTINA PAIVA DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tecle_UNIMULHER.docx	29/01/2019 17:49:11	ISABELLA CRISTINA PAIVA DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto0_pbrasil.pdf	29/01/2019 17:33:16	ISABELLA CRISTINA PAIVA DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MACAPA, 23 de Abril de 2019

**Assinado por:
RAPHAELLE SOUSA BORGES
(Coordenador(a))**

Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira - Km.02
Bairro: Bairro Universidade **CEP:** 68.902-280
UF: AP **Município:** MACAPA
Telefone: (96)4009-2805 **Fax:** (96)4009-2804 **E-mail:** cep@unifap.br

APENDICES

APENDICE A - Roteiro da entrevista

Roteiro da entrevista

Abertura da entrevista:

Apresentação: A pesquisa em questão tem o título de POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES: UM ESTUDO SOBRE INFLUÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSIDADE DA MULHER – UNIMULHER/UNIFAP e tem como objetivo analisar a percepção das egressas sobre o programa UNIMULHER dentro das seguintes dimensões: Empoderamento, Trabalho, Educação e Qualidade de Vida

Seguirei um roteiro, no entanto o mais importante é o seu depoimento. Não tem resposta certa ou errada, o que é importante é o que a senhora pensa ou acha sobre o tema. Vamos falar um pouco sobre a influência que o projeto de extensão UNIMULHER teve, na sua vida.

A entrevista será gravada e seu nome será mantido em confidencial. Tens alguma dúvida?

- Iremos investigar como era vida dela antes do curso e após o curso:

- Iremos Explorar os temas:

Curso UNIMULHER		1 Porque você quis fazer esse curso? 2 De modo geral você acha que o curso trouxe benefícios para sua vida? Quais benefícios?
DIMENSÕES	Empoderamento	3 Você se acha uma mulher empodrada? Caso sim, acha que o programa UNIMULHER contribuiu para seu empoderamento? 4 Após participar do programa você sente maior Liberdade para tomar decisão sobre sua própria vida
	Trabalho/ Econômica	5 Como era sua vida profissional antes do programa? 5 O programa influenciou na Inserção no mercado de trabalho, Aumento da renda ou Autonomia profissional? Como? 6 Você acha que o programa influenciou no controle dos recursos econômico?
	Escolaridade	7 Qual sua escolaridade antes e após participar do projeto?
	Qualidade de vida	8 Após participar do programa você teve uma melhoria na sua qualidade de vida e na sua Autoestima? 9 Você acha que o projeto auxiliou na sua perspectiva de vida? Em que aspectos?

APENDICE B - Tópico Guia – Grupo focal

Tópico Guia – Grupo focal

Abertura do grupo focal:

Apresentação: A pesquisa em questão tem o título de POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES: UM ESTUDO SOBRE INFLUÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSIDADE DA MULHER – UNIMULHER/UNIFAP e tem como objetivo analisar a percepção das egressas sobre o programa UNIMULHER dentro das seguintes dimensões: Empoderamento, Trabalho, Educação e Qualidade de Vida

Seguirei um roteiro, no entanto o mais importante o seu depoimento de vcs. Não tem resposta certa ou errada, o que é importante é o que a vocês pensam ou acham sobre o tema. Vamos falar um pouco sobre a influência que o projeto de extensão UNIMULHER teve, na vida de vocês.

A entrevista será gravada e seu nome será mantido em confidencial. Alguém tem alguma dúvida?

Iremos começar

Seção		Tema de análise
Percepção sobre o curso		Espectativas, benefícios
Dimensões	Empoderamento	Sente-se empoderada, poder de decisão
	Trabalho/economia	Mercado de trabalho, controle de gastos
	Educação	Influencia para aumento do nível de instrução
	Qualidade de vida	Autoestima, perspectiva de vida